



GOVERNO DA
GUINÉ-BISSAU

Ministério das Finanças
Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos

NOTA DO ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E ORÇAMENTAL

Setembro
2020

Setembro
2020

**NOTA DO ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO E ORÇAMENTAL**

Governo da Guiné-Bissau

Ministério das Finanças

**Comité de Enquadramento Macroeconómico e
Orçamental (CEMO)**

**Presidente do Comité de Enquadramento
Macroeconómico e Orçamental**

DGPÉE

A presente publicação, produzida pelo Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, espelha os resultados da evolução e perspectivas económicas e financeiras da República da Guiné-Bissau, num horizonte de medio prazo.

Comité do Enquadramento Macroeconómico e Orçamental 2020

Nota Periódica

Índice

LISTA DE SIGLAS.....	I
RESUMO EXECUTIVO.....	III
INTRODUÇÃO.....	1
1. AMBIENTE INTERNACIONAL E REGIONAL RECENTE	2
1.1. AMBIENTE ECONOMICO INTERNACIONAL.....	2
1.2. AMBIENTE ECONOMICO REGIONAL.....	2
2. EVOLUÇÃO RECENTE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	3
2.1. CRESCIMENTO ECONOMICO E INFLAÇÃO	3
2.2. FINANÇAS PUBLICAS E A DIVIDA	5
2.3. CONTA EXTERNA	7
2.4. SITUAÇÃO MONETARIA.....	7
3. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS 2021-2023.....	8
3.1. OBJETIVOS DA POLITICA ECONOMICA E ORÇAMENTAL.....	8
3.2. PRINCIPAIS HIPOTHESES ECONOMICAS DO CENARIO BASE.....	9
3.3. CRESCIMENTO ECONOMICO E INFLAÇÃO	10
3.4. FINANÇAS PUBLICAS E A DIVIDA	11
3.5. BALANÇA DE PAGAMENTO.....	14
3.6. SITUAÇÃO MONETARIA.....	15
4. ANÁLISE DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS	16
5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	18
5.1. CONCLUSÃO.....	18
5.2. RECOMENDAÇÃO	18
ANEXOS.....	20

Lista de Siglas

BAD	:	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	:	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BdP	:	Balança de Pagamentos
BID	:	Banco Islâmico de Desenvolvimento
BM	:	Banco Mundial
BOAD	:	Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
CCRT	:	Fundo de Confinamento e Socorro a Catástrofes
CEM	:	Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental
DGA	:	Direção Geral das Alfândegas
DGCI	:	Direção Geral das Contribuições e Impostos
FAD	:	Fundo Africano Desenvolvimento
FIDA	:	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	:	Fundo Monetário Internacional
IEC:	:	Imposto Especial sobre o Consumo
IHPC	:	Índice Harmonizado do Preço no Consumidor
INE	:	Instituto Nacional de Estatística
NEMO	:	Nota de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental
PIB	:	Produto Interno Bruto
PND	:	Programa Nacional de Desenvolvimento
PP	:	Pontos Percentuais
PTF	:	Parceiros Técnicos e Financeiros
SIM	:	Situação Monetária
TOFE	:	Tabela das Operações Financeiras do Estado
TVA	:	Taxa sobre Valor Acrescentado
UEMOA	:	União Económica e Monetária da África Ocidental

Lista das tabelas

Tabela 1: Síntese dos principais indicadores;

Tabela 2: Evolução dos agregados das finanças públicas;

Tabela 3: Principais hipóteses do cenário de base “base line”;

Tabela 4: Evolução das Finanças Públicas e perspectivas;

Tabela 5: Perspetivas de financiamento e amortizações;

Tabela 6: Quadro de comparação das hipóteses / 3 cenários.

Lista dos gráficos

Gráfico 1: Evolução do PIB real 2006-2019 e projeção para 2020

Gráfico 2: Evolução comparativa das atualizações das taxas de crescimento real por sectores de atividade para o ano de 2020.

RESUMO EXECUTIVO

A presente versão da Nota de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental (NEMO) atualiza as projeções divulgadas em abril de 2020 para a economia da Guiné-Bissau, relativas ao período 2020-2023. As projeções atualizadas e apresentadas nesta NEMO estão fortemente condicionadas pelo contexto muito adverso gerado pela pandemia COVID-19 na generalidade das economias mundiais.

Com base nas considerações acima, o Produto Interior Bruto (PIB), em termos reais, deverá contrair-se para 2,3% em 2020, uma queda mais acentuada do que as estimativas de abril de 2020 (-1,9%), decorrente do impacto negativo da crise sanitária da COVID-19 em todos os setores da economia. A atividade económica decorrerá num clima de oscilação moderado de preços, a inflação é projetada para 1,5%.

O *sector primário* registrará um crescimento positivo de apenas de 1,8%, contra 5,4% antecipadas em abril último. A contração prospetivada de 6,2% da produção da castanha de caju será a principal razão desta baixa. O *sector secundário* também crescerá timidamente, na mesma proporção +1,8%. Este crescimento está contudo condicionado a execução real dos investimentos programados no quarto trimestre de 2020. Quanto ao *setor terciário*, sofrerá sem dúvida o maior impacto da COVID-19, devendo registar um crescimento de -5,4% contra -3,9% estimados em abril último.

As Finanças Públicas deverão registar 125,3 mil milhões de FCFA em receitas totais e donativos, 2% acima do valor estimado em abril do ano corrente, motivado pelo aumento das receitas orçamentais (+13,1%) mas também pela baixa antecipada nos donativos (-23,5%). As despesas totais e empréstimos líquidos foram revistas para 208,2 mil milhões de FCFA contra 212,7 mil milhões de FCFA da previsão inicial. O nível atual estabelecido é explicado pelas medidas de contenção e de racionalização das despesas que concorrerão para uma poupança no montante de 4,5 mil milhões de FCFA se compararmos com a situação de abril de 2020. O Saldo global, incluindo os donativos situar-se-á em -83,0 mil milhões de FCFA, passando a representar -9,6% do PIB nominal em 2020.

A Balança de Pagamentos apresentará um saldo positivo de 19,3 mil milhões de FCFA, sob efeito essencialmente da entrada de capital e da melhoria na conta financeira. Relativamente a Massa monetária, poderá situar-se em 399,2 mil milhões de FCFA, impulsionado pelo aumento dos ativos externos líquidos mas também do crédito interno.

Em termos de perspetivas (2021-2023), o gradual levantamento das medidas de contenção, num contexto de relativo controlo da pandemia, traduzir-se-á numa retoma da atividade económica. Assim, projeta-se no cenário de base que o PIB cresça 4,7% em 2021, 5,6% em 2022 e 2023. A inflação deverá permanecer moderada no horizonte 2021-2023, (+1,4%) em média anual.

No tocante as Finanças Públicas, as receitas e donativos são avaliadas em 149,6 mil milhões de FCFA para o ano 2021; 160,5 em 2022 e 171,3 em 2023. No capítulo das despesas totais e empréstimos líquidos, a racionalização continuará a orientar as ações do executivo. Os gastos públicos para os anos 2021, 2022 e 2023 estão estimados respetivamente em 212,7; 227,4 e 240,9 mil milhões de FCFA. O saldo orçamental permanecerá negativo durante todo o período de

projeção: -63,1 mil milhões de FCFA em 2021; -66,9 mil milhões de FCFA em 2022 e -69,7 mil milhões de FCFA em 2023, representando respetivamente -6,8%, -6,7 e -6,5% do PIB.

O saldo global da balança de pagamentos deveria situar-se, em -11,7 mil milhões de FCFA em 2021; 1,5 mil milhões de FCFA em 2022 e -6,6 mil milhões de FCFA em 2023. A massa monetária corresponderá a 401,4 mil milhões de FCFA para o ano de 2021. Ela poderá situar-se em 403,3 mil milhões de FCFA em 2022 e 405,2 mil milhões de FCFA em 2023.

Para concluir, a atividade económica em 2020 sofrerá um choque exógeno notável com a eclosão da pandemia da Covid-19. A gravidade da contração em 2020 e a velocidade da recuperação nos anos subsequentes dependerão de vários fatores, entre os quais se destacam a eficácia das políticas públicas em matéria sanitária mas também das medidas que possam superar os constrangimentos estruturais que inibem e limitam o desenvolvimento económico do país.

Nesta perspetiva, recomenda-se que as políticas económicas atuais e futuras assentem nas estratégias destinadas a estabilizar a economia e as Finanças Públicas após a pandemia.

A curto prazo as intervenções devem focar-se nos seguintes:

- Melhorar a arrecadação de receitas (alargar a presença da DGA e a fiscalização em algumas localidades no interior do país, etc. articulando com a aplicação da TVA para a fiscalidade interna);
- Reforçar as medidas de contenção e de racionalização das despesas ora engajadas pelo Governo, por forma a melhorar o nível considerável de défice orçamental perspetivado ao longo do período da projeção;
- Melhorar e reforçar o investimento público com destaque para as infraestruturas rodoviárias; os serviços de saúde, saneamento básico e proteção social;
- Diversificar as fontes de financiamento, tendo em conta a fraca capacidade de sustentabilidade da dívida;
- Apoiar seriamente o Instituto Nacional de Estatística (INE) através de reforço do capital humano e em equipamentos sobretudo informáticos;
- Apoiar a Direção Geral da Dívida Pública (DGDP) para que no futuro próximo possa realizar a análise de viabilidade da dívida e operacionalizar o Comité Nacional da Dívida Pública.

A longo prazo e visando conferir maior resistência à nossa economia, as apostas devem concorrer para:

- Promover e incentivar o acesso ao crédito com apoio a transformação local dos nossos produtos de forma a contribuir para expansão da exportação e do aumento da contribuição predial rustica;
- Promover a diversificação das exportações por intermédio de mecanização da produção agrícola e criação de frota nacional de pescas;
- Criar um ambiente de negócio e investimento com vista ao desenvolvimento do setor privado e atração de novos investimentos;

- Promover a renegociação do estoque da dívida pública por forma a tornar o serviço inerente sustentável a longo prazo;
- Inverter as tendências das despesas públicas tendo em conta o consenso sobre o fato das despesas públicas sobre os setores de agricultura e saúde terem efeitos particularmente forte sobre o crescimento.

Tabela 1: Síntese dos principais indicadores

INDICADORES MACRO-ECONOMICOS	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Setor Real						
PIB nominal (em mil milhões FCFA)	832,1	860,4	861,6	924,7	993,3	1 069,3
PIB percapita (em mil FCFA)	472 036	477 574	467 969	491 395	516 520	544 033
PIB percapita (em U\$D)	849,4	814,9	812,2	854,6	890,6	938,0
(em variação anual)						
PIB nominal	-2,5%	3,4%	0,1%	7,3%	7,4%	7,6%
PIB real 2015	3,4%	4,5%	-2,3%	4,7%	5,6%	5,6%
Setor primário	3,7%	6,5%	1,8%	5,0%	5,1%	4,5%
Caju	-2,5%	9,5%	-6,2%	5,3%	5,0%	2,4%
Setor secundário	9,3%	3,7%	1,8%	2,3%	5,1%	5,5%
Setor terciário	1,6%	3,7%	-5,4%	4,8%	6,0%	6,4%
Deflator	-5,7%	-1,1%	2,5%	2,5%	1,7%	1,9%
IHPC	1,4%	0,2%	1,5%	1,5%	1,4%	1,4%
Contas Externas						
(em mil milhões de FCFA)						
Exportações de bens FOB	188,6	142,4	106,6	125,4	145,1	158,1
Exportação da castanha de caju	135,1	135,2	102,0	120,2	140,0	152,1
Importações FOB	162,9	209,1	168,8	177,1	189,3	204,1
Saldo global - Balança de Pagamento	8,9	-15,2	19,3	-11,7	1,5	-6,6
Finanças Públicas						
(em mil milhões de FCFA)						
Receitas e Donativos	128,6	130,1	125,3	149,6	160,5	171,3
Receitas orçamentais	98,3	105,6	96,5	117,0	125,3	134,3
Receitas fiscais	77,6	79,1	63,8	87,1	95,4	103,7
Outras receitas (don. excluído)	20,7	26,5	32,8	29,9	29,9	30,5
Donativos	30,3	24,5	28,7	32,6	35,2	37,0
Despesas totais e empréstimos líquidos	164,3	161,8	208,2	212,7	227,4	240,9
Despesas correntes	105,4	123,6	145,7	145,7	151,5	157,7
Despesas capitais (recursos orçamentais)	2,1	1,8	8,0	12,0	14,4	17,3
Despesas capitais (recursos externos)	56,8	36,4	54,6	55,0	61,5	66,0
Saldo global (base compromisso)						
excl. Donativos	-66,0	-56,2	-111,7	-95,7	-102,1	-106,7
incl. Donativos	-35,7	-31,7	-83,0	-63,1	-66,9	-69,7
Estoque da Dívida Pública	53,2%	62,7%	74,1%	77,9%	81,3%	84,1%
(em % de PIB)						
Receitas e Donativos	15,5%	15,1%	14,5%	16,2%	16,2%	16,0%
Receitas orçamentais	11,8%	12,3%	11,2%	12,7%	12,6%	12,6%
Receitas fiscais	9,3%	9,2%	7,4%	9,4%	9,6%	9,7%
Outras receitas (don. excluído)	2,5%	3,1%	3,8%	3,2%	3,0%	2,9%
Donativos	3,6%	2,8%	3,3%	3,5%	3,5%	3,5%
Despesas totais e empréstimos líquidos	19,7%	18,8%	24,2%	23,0%	22,9%	22,5%
Despesas correntes	12,7%	14,4%	16,9%	15,8%	15,3%	14,7%
Despesas capitais (recursos orçamentais)	0,3%	0,2%	0,9%	1,3%	1,4%	1,6%
Despesas capitais (recursos externos)	6,8%	4,2%	6,3%	5,9%	6,2%	6,2%
Saldo global (base compromisso)						
excl. Donativos	-7,9%	-6,5%	-13,0%	-10,3%	-10,3%	-10,0%
incl. Donativos	-4,3%	-3,7%	-9,6%	-6,8%	-6,7%	-6,5%
Estoque da Dívida Pública	53,2%	62,7%	74,1%	77,9%	81,3%	84,1%
Situação Monetária Integrada						
(em mil milhões de FCFA)						
Ativos Externos Líquidos	233,0	217,5	213,5	211,8	223,4	224,0
Credito Interno	173,7	197,7	205,2	222,8	240,4	269,5
Massa Monetária (M2)	365,0	366,0	373,5	386,5	410,7	437,6
(em % de PIB)						
Ativos Externos Líquidos	28,0%	25,3%	24,8%	22,9%	22,5%	21,0%
Credito Interno	20,9%	23,0%	23,8%	24,1%	24,2%	25,2%
Massa Monetária (M2)	43,9%	42,5%	43,3%	41,8%	41,3%	40,9%
Indicadores da Convergência						
Saldo global incl. donativos (% PIE) >= -3%	-4,3%	-3,7%	-9,6%	-6,8%	-6,7%	-6,5%
Taxa de inflação médio anual <= 3%	1,4%	0,2%	1,5%	1,5%	1,4%	1,4%
Massa salarial /Receitas fiscais <= 35%	47,7%	57,5%	73,6%	60,3%	57,0%	54,5%
Dívida/PIB <= 70%	53,2%	62,7%	74,1%	77,9%	81,3%	84,1%
Taxa de pressão fiscal >= 20%	9,3%	9,2%	7,4%	9,4%	9,6%	9,7%
Memorandum						
Produção de caju (em mil toneladas)	185,0	202,5	190,0	200,0	210,0	215,0
Exportação oficial de caju (em mil toneladas)	146,0	195,5	140,0	180,0	195,0	200,0
Preço médio ao produtor de caju (FCFA/kg)	474	351	300	350	400	450
Preço médio de exportação de caju (U\$D/ton)	1684	1096	1000	1100	1210	1271

Fonte: Comité de Enquadramento Macroeconómico (CEM), setembro de 2020

INTRODUÇÃO

A Nota do Enquadramento Macroeconómico e Orçamental (NEMO) tem como objetivo apresentar os fundamentos macroeconómicos do Orçamento Geral de Estado (OGE). A última projeção divulgada em abril de 2020 atualizou como referência as informações disponíveis até o primeiro trimestre do ano corrente. Desde de então a esta parte, o cenário económico alterou substancialmente, justificando uma revisão das projeções da taxa de crescimento do PIB.

As projeções atualizadas e apresentadas nesta NEMO estão fortemente condicionadas pelo contexto muito adverso gerado pela pandemia COVID-19 na generalidade das economias mundiais. A natureza sem precedentes da atual crise - caracterizada pela interação de choques da oferta e da procura que se reforçam mutuamente faz com que as atuais projeções tenham um grau de incerteza muito superior ao habitual.

A magnitude da queda da atividade económica a curto prazo e a sua posterior recuperação dependem, entre outros fatores, da interação entre a evolução da pandemia e as medidas de políticas a serem implementadas.

As medidas de confinamento/prevenção, que implicam diretamente a suspensão da atividade de muitas empresas e restrições à mobilidade dos cidadãos, juntam-se os efeitos negativos da incerteza sobre as intenções de consumo e investimento. Em sentido oposto, é necessário considerar o impacto das medidas de política adotadas pelas autoridades que visam minorar estes efeitos, como a maior acomodação monetária anunciada pelo BCEAO e as medidas governamentais de reforço da proteção social, de salvaguarda do rendimento de trabalhadores, etc.

É com base nessas considerações acima mencionadas que se atualizou as projeções constantes na NEMO, estruturada em cinco partes. A primeira parte apresenta o contexto económico internacional e regional. Quanto a segunda, ela descreve a evolução recente da situação económica e financeira da Guiné-Bissau, com destaque para o ano de 2020. A terceira parte apresenta as projeções para o período 2021-2023. Quanto a quarta parte, ela analisa os cenários alternativos ao cenário de base. Na quinta e última parte, a nota tira conclusões do quadro macroeconómico global e faz recomendações de medidas de política económica.

~ ~

1. AMBIENTE INTERNACIONAL E REGIONAL RECENTE

1.1. Ambiente económico internacional

A pandemia da COVID-19 constitui uma ameaça global sem precedente recente. A rápida disseminação do surto obrigou as autoridades a adotar medidas de confinamento restritivas que paralisaram uma parte significativa da economia, tanto nas economias avançadas como em muitas economias de mercado emergentes. Como tal, os efeitos da pandemia repercutiram-se à escala global, afetando profundamente o comércio mundial.

De acordo com as projeções atualizadas do Fundo Monetário Internacional (FMI), em junho de 2020, o PIB mundial deverá registar uma queda de 4,9% em 2020, o que constitui a recessão mais profunda desde a Grande Depressão em 1929-1932. A queda da atividade em 2020 é comum às economias avançadas e emergentes, mas é particularmente pronunciada em países europeus (Alemanha -7,8%; França -12,5%; Itália -12,8%; Espanha -12,8%), no Reino Unido (-10,2%), no Canada (-8,4%), nos Estados Unidos (-8%) e na América latina (Brasil -9,1; México -10,5%).

A partir de 2021, a economia mundial deverá recuperar progressivamente, devendo o crescimento mundial atingir 5,4%, sob efeito do aumento do consumo e do investimento, embora a um nível moderado. É de reconhecer porém que estas previsões apresentam um grau importante de incertezas na medida em que dependem da gravidade da contração da atividade no segundo semestre de 2020.

Em relação ao comércio mundial, projeta-se uma contração em volume de 11,9% em 2020, refletindo o impacto especialmente negativo da crise nas cadeias de valor globais de bens e no comércio de serviços. Os serviços de transportes e de turismo são particularmente afetados pelas restrições à circulação e pelo distanciamento social. No ano de 2021, antecipa-se uma recuperação dos fluxos de comércio internacional (8%).

Quanto a inflação, a instituição internacional pauta para níveis moderados, 0,3% e 4,4% para as economias avançadas e emergentes respetivamente em 2020. Isto dever-se-á ao recue conjugado da atividade económica e do preço das matérias-primas em alguns casos. Contudo, a subida dos preços de importação provocada pelo contrapeso da depreciação cambial contrabalança parcialmente esta queda de inflação. A inflação deve aumentar gradualmente em 2021, estima-se em 1,1% e 4,5% para as economias avançadas e emergentes respetivamente - em paralelo com a expectativa de retomada da atividade.

1.2. Ambiente económico regional

A pandemia de coronavírus reverteu as fortes projeções de crescimento estabelecidas nos diferentes documentos de perspectivas económicas para a África em 2020. As recentes perspectivas económicas para a África do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) apontam para uma contração da economia em 1,7% em 2020 correspondentes a um recuo de 5,6 pontos percentuais (pp) em comparação com as anteriores a crise da COVID-19. Ademais, se a pandemia continuar além do terceiro trimestre de 2020, a contração do PIB será muito mais acentuada, em torno de 3,4%. Uma recuperação parcial de cerca de 3% está prevista para 2021.

No que concerne a África subsariana, os efeitos dos choques externos conjugada com as medidas de combate à epidemia de COVID-19 levarão igualmente a atividade económica nesta parte do continente africano a sofrer uma contração estimada em 3,2% pelo FMI (perspetivas económicas atualizadas, junho de 2020)¹. Para o ano de 2021, projeta-se uma recuperação em torno de 3,4%, a condição dos países africanos prosseguirem com a atenuação gradual das restrições e, acima de tudo, se a região escapar a segunda vaga da epidemia em curso, nomeadamente nas economias avançadas.

A Zona UEMOA, por seu lado, registará um crescimento económico de 2,4%² em 2020 contra uma projeção inicial de 6,6%. Por país, as primeiras estimativas realizadas pelas autoridades competentes apontam para as seguintes taxas de crescimento económico: Benin (+ 3,5%), Burkina Faso (+ 2,0%), Costa do Marfim (+ 3,6%), Guiné-Bissau (-1,9%), Mali (+ 0,9%), Níger (+ 1,0%), Senegal (1,1%) e Togo (+ 1,3%).

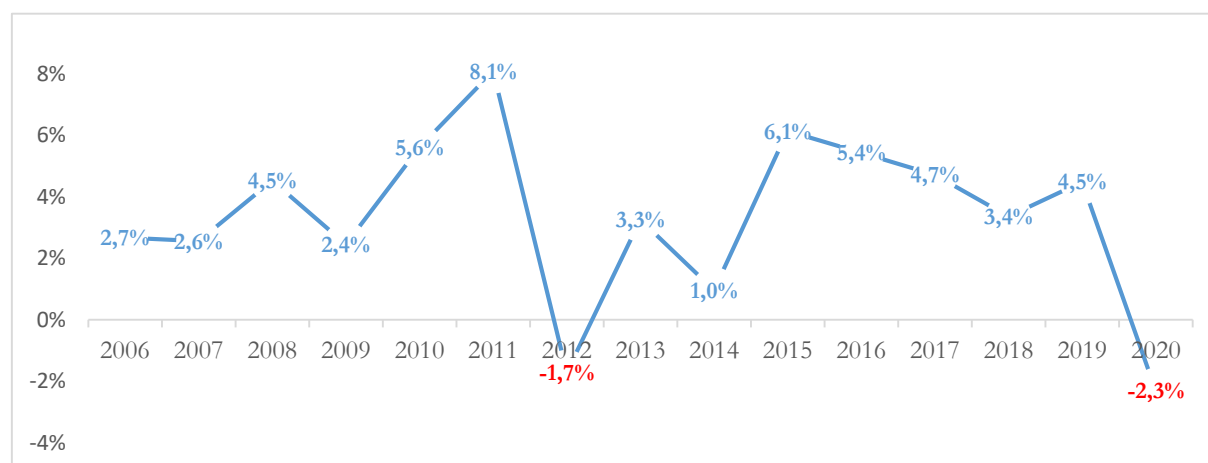
2. EVOLUÇÃO RECENTE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

2.1. Crescimento económico e inflação

A previsão económica para o ano de 2020 deteriorou-se e está sujeito a grandes incertezas. De acordo com os dados atuais, o PIB deverá contrair-se para 2,3% em 2020, uma queda mais acentuada do que as estimativas de abril de 2020 (-1,9%).

Esta tendência contrária ao desempenho registado em 2018 (+3,4%) e em 2019 (+4,5%), constituirá sem margens de dúvida a mais profunda recessão registada no país, desde a crise da guerra civil de 07 de junho de 1998. Esta situação explica-se pelo impacto negativo decorrente da crise sanitária da COVID-19 em todos os setores da economia.

Gráfico 1: evolução do PIB real 2006-2019 e projeção para 2020



Fonte: DGPEE

¹ <https://www.imf.org/fr/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/WEOUNupdateJune2020>

² Rapport semestriel d'exécution de la surveillance multilatérale (juin 2020)

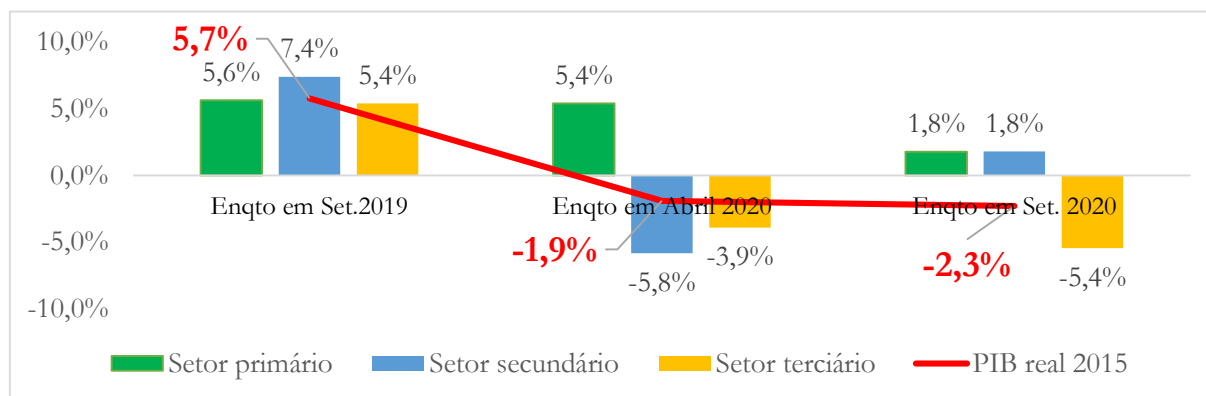
As medidas de prevenção adotadas, tanto a nível interno quer externo, embora em abrandamento progressivo, tiveram impacto sobre a campanha de comercialização e exportação da castanha de caju, afetando diretamente cerca de quatro em cada cinco guineenses, mas também na arrecadação das receitas do Governo.

Contudo, o ritmo da desaceleração do crescimento será atenuado pela tendência crescente da produção cerealífera, da pesca e aquacultura, e da indústria agroalimentar. Todavia, os efeitos conjugados da diminuição do preço ao produtor, do volume de produção e a diminuição do preço no mercado internacional não permitirão compensar os ganhos ora enumerados.

Fazendo foco sobre a **ótica da oferta**, no domínio sectorial, as evoluções traduzem-se como se segue:

- **Sector primário:** registará um crescimento positivo de apenas de 1,8%, contra 5,4% antecipado em abril último; 6,5% em 2019 e 3,7% em 2018. A contração perspectivada de 6,2% da produção da castanha de caju (de 202,5 mil T para 190 mil T) será a principal razão desta baixa, muito embora espera-se performances satisfatórias nos subsectores da produção cerealífera (+6,8%); da pesca e aquacultura (+6,5%); da pecuária e caza (+2,5%) e da silvicultura e exploração florestal (+1,8%).
- **Sector secundário:** também crescerá timidamente, 1,8% em comparação com os níveis de 3,7% e 9,3% respetivamente em 2019 e 2018. O impulso advirá dos subsectores da indústria agroalimentar (+4,8%); da eletricidade e água (+3,0%); das atividades extrativas (+1,6%) e da construção e obras públicas (1,8%). Esta dinâmica que se prevê, será porém condicionada a execução real dos investimentos programados no quarto trimestre de 2020. Antecipa-se uma queda no subsector “outras indústrias” de -3,6%.
- **Sector terciário:** o impacto da COVID-19 é, todavia, maior no sector terciário cujos subsectores são especialmente sensíveis as restrições adotadas pelas autoridades. A queda acentua-se e será de cerca de -5,4% contra -3,9% estimados em abril de 2020; +3,7% em 2019 e +1,6% em 2018. Esta situação é decorrente da deterioração em todos os subsectores (comercio -5,9%; Transporte -9,5%; informação e comunicação -4,8%; serviços financeiros e seguros -3,9% e outros serviços -7,7%) exceto no da administração pública que registou um crescimento de 1,5%.

Gráfico 2: Evolução comparativa das atualizações das taxas de crescimento real por sectores de atividade para o ano de 2020



Fonte: Modelo Tchintchor (DGPEE)

Do **lado da procura**, denota-se que a diminuição do PIB real em 2020 será atenuada pelo consumo final que pesa por 94,7%. De facto, o aumento do consumo final para o ano corrente foi reapreciado para 4,6% contra 4,4% estimados em abril último. Este desempenho é atribuído ao crescimento esperado, por um lado, no consumo das famílias (3,7%) e, por outro lado, no consumo da administração pública (8,8%).

Segue-se em segunda posição o investimento, que passará a pesar 15,6% do PIB real em 2020. Espera-se um recuo do investimento, em termos reais, de 4,1%. Esta situação é o resultado da queda do investimento privado (-6%) que não será suficientemente compensada pelo aumento do investimento público (3,4%) com destaque para a área da saúde e das infraestruturas rodoviárias.

As **exportações líquidas** deverão representar -10,3% do PIB real em 2020, em ligeira melhoria comparativamente ao nível estimado em abril último (-13,2%). Esta melhoria deve-se, entre outros, a reavaliação em +7,7% da quantidade de castanha de caju a exportar, passando de 130 mil toneladas consideradas em abril para 140 mil toneladas em 2020.

A projecção para a **inflação** em 2020 foi revista em baixa de 0,5 pp para se situar em 1,5% face a NEMO de abril. Estas revisões refletem em larga medida a incorporação das informações observadas no Índice Harmonizado do Preço no Consumidor (IHPC), uma vez que riscos de cortes maiores na cadeia de abastecimento não se materializaram. De forma geral, as flutuações do IHPC não se distanciarão de maneira excecional do observado em 2018 (+1,4%) e 2019 (0,2%), e manter-se-ão nos limites estabelecidos pela norma comunitária (3%).

2.2. Finanças públicas e Dívida

Tabela 2: Evolução dos agregados das finanças públicas, em mil milhões de FCFA.

Finanças Públicas	2018	2019	2020	
			Prev. Abril	Prev. Setbro
(em mil milhões de FCFA)				
Receitas e Donativos	128,6	130,1	122,8	125,3
Receitas Orçamentais	98,3	105,6	85,3	96,5
Receitas fiscais	77,6	79,1	59,1	63,8
Receitas não fiscais	20,7	26,5	26,2	32,8
Donativos	30,3	24,5	37,5	28,7
Despesas totais e empréstimo líquido	164,3	161,8	212,7	208,2
Despesas correntes	105,4	123,6	159,0	145,7
Remunerações e Salário	37,0	45,5	46,9	46,9
Despesas capitais com recursos internos	2,1	1,8	2,0	8,0
Despesas capitais com recursos externos	56,8	36,4	51,7	54,6
Saldo global excl. donativos (base compromisso)	-66,0	-56,2	-127,3	-111,7
Saldo global incl. donativos (base compromisso)	-35,7	-31,7	-89,8	-83,0
Saldo global incl. donativos (base compromisso; % de PIB)	-4,3%	-3,7%	-11,2%	-9,6%

Fonte: Modelo Tchintchor (DGPEE)

A luz dos parâmetros da tabela 2, as previsões atualizadas para o ano de 2020 (prev. setbro.) apontam para um total de 125,3 mil milhões de FCFA em **receitas totais e donativos** contra 122,8

mil milhões de FCFA estimadas em abril do ano corrente e 130,1 mil milhões de FCFA do ano transato, registando uma taxa de variação nominal de +2% (-3,6% face a 2019). Este é resultado, de um lado, da reavaliação das receitas orçamentais para +13,1%, com destaque para as receitas não fiscais (+25,2%)³ e, por outro lado, da baixa antecipada nos donativos na ordem de 23,5%⁴, em particular nos donativos aos projetos. O fraco desempenho geral registado em 2020 comparativamente ao ano de 2019, resulta do impacto negativo da pandemia da COVID-19 nas finanças públicas.

Quanto as **despesas totais e empréstimos líquidos**, elas foram revistas para 208,2 mil milhões de FCFA contra 212,7 mil milhões de FCFA da previsão inicial e 161,1 mil milhões de FCFA em 2019. O nível atual estabelecido é explicado pelas medidas de contenção e de racionalização das despesas que concorrerão para uma poupança no montante de 4,5 mil milhões de FCFA se compararmos com a situação de abril de 2020.

O **Saldo global**, incluindo os donativos, deveria registar uma melhoria, passando de -89,8 para -83,0 mil milhões de FCFA, passando a representar apenas -9,6% do PIB nominal em 2020 comparado aos -11,2% estimados em abril e -3,7% em 2019.

O **financiamento** do défice acima referido será por via de novas dívidas. A nível interno, regista-se a emissão de novos títulos de tesouro, da qual a posição líquida é estimada em 32,5 mil milhões de FCFA (dedução feitas das recompras). Está também agendada o reembolso do principal da dívida com o FMI no valor de 1,8 mil milhões de FCFA. O financiamento líquido junto do BCEAO (não inclui FMI) está previsto em 0,3 mil milhões de FCFA para o ano corrente.

Em termos de passivo externo, aparecem os desembolsos a receber no quadro dos empréstimos aos projetos estimados em 29,6 mil milhões de FCFA⁵. Ainda de considerar os empréstimos de tipo apoio orçamental de 24,7 mil milhões de FCFA, que consistem em 21,7 mil milhões do BOAD e 2,9 mil milhões de FCFA do BM. As amortizações da dívida externa previstas rondam em 13,4 mil milhões de FCFA.

Considerando os financiamentos e as obrigações acima citadas, permanecerá para 2020 um GAP de 11,2 mil milhões de FCFA, para o qual a reflexão sobre o mecanismo ideal de cobertura deve ser prosseguida.

Em última análise, estima-se que, até finais de 2020, o **estoque da dívida pública** atinja 638,3 mil

³ As receitas não fiscais beneficiaram de dividendos mais altos do BCEAO, 8,6 mil milhões efetivamente recebidos contra 4,5 mil milhões estimadas nas projeções de abril último e as receitas da pesca também foram ré-estimadas para 17,5 mil milhões de FCFA (5,1 mil milhões para licença de pesca; 8,9 mil milhões para a compensação e 3,5 mil milhões de FCFA para outras receitas das pescas) contra 15,3 mil milhões (4,3 mil milhões para licença de pesca; 8,9 mil milhões para a compensação e 2,1 mil milhões de FCFA para outras receitas das pescas) em abril do ano corrente. Ainda de considerar 6,6 mil milhões de receitas não tributárias em perspetiva (DGA, DGCI e uma taxa específica sobre o quilograma da castanha de caju);

⁴ Os donativos aos projetos foram reduzidos para 25 mil milhões contra 34,6 mil milhões de FCFA augurados em abril de 2020, devido a ausência de donativos registados aos projetos (exceto projetos da COVID-19) até a data da elaboração da presente NEMO. Por outro lado, os apoios orçamentais aqui considerados no valor de 3,7 mil milhões de FCFA (apoio do FMI no valor de 1,842 mil milhões de FCFA e apoio dos parceiros a COVID-19 no valor de 1,872 mil milhões de FCFA) superaram de 1,8 mil milhões o valor considerado nas projeções de abril último.

⁵ Deste montante destacam-se: 5,9 mil milhões de FCFA do BOAD; 8,3 mil milhões de FCFA (15 milhões de USD) do BID; 5,7 milhões de FCFA de projetos ligados à COVID-19 e 4 mil milhões de FCFA desembolados até Junho do ano corrente do BAD/BM/FIDA.

milhões de FCFA (cerca de 1,12 mil milhões de dólares USA) contra 539,0 mil milhões de FCFA em 2019. Esta variação de 18,4% em relação ao nível de 2019 projeta o rácio “dívida pública/PIB” para 73,6% em 2020, ou seja 3,6 pp acima da norma comunitária estabelecida.

2.3. Conta externa

Em 2020, a balança de pagamentos apresentará um saldo positivo de 19,3 mil milhões de FCFA contra -15,2 mil milhões de FCFA em 2019 e 8,9 mil milhões de FCFA em 2018. O resultado consolidado do saldo externo é resultante do défice da conta de transações correntes (-59,4 mil milhões de FCFA) cujo impacto será minimizado pelo acréscimo da entrada de capital (15,6 mil milhões de FCFA) e na conta financeira (67,1 mil milhões de FCFA).

O défice da conta de transações correntes, registará uma melhoria de 12,6 mil milhões de FCFA em relação ao nível de 2019, sob o efeito do aumento de 32,1% esperado no rendimento secundário líquido para se situar em 58,9 mil milhões de FCFA mas também, embora em menor escala, da melhoria (+0,4%) do saldo da conta de bens e serviços para se situar em -133,6 mil milhões de FCFA.

A melhoria registada na conta de capital, 15,6 mil milhões de FCFA contra 14,7 mil milhões de FCFA em 2019, justifica-se essencialmente pelas entradas de capital provenientes dos Parceiros Técnicos (PTF) e Financeiros no âmbito da implementação de projetos públicos.

Em fim, no respeitante ao saldo da conta financeira que prevê uma entrada em termos líquidos de 67,1 mil milhões de FCFA em 2020 contra 33,6 mil milhões de FCFA no ano precedente, explica-se essencialmente pelas emissões das obrigações e bilhetes de tesouro.

2.4. Situação monetária

Em 2020, a massa monetária poderá conhecer um aumento de 33,2 mil milhões de FCFA (+9,1%) para se situar em 399,2 mil milhões de FCFA. Este aumento será essencialmente impulsionado pelo aumento dos ativos externos líquidos (+8,6%) mas também do crédito interno (+7,1%).

Embora prevê-se uma queda na exportação da castanha de caju, os ativos externos líquidos poderão situar-se em 236,3 mil milhões de FCFA contra 217,5 mil milhões de FCFA em 2019, em virtude dos financiamentos excecionais que o Governo está a receber dos seus Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF) no âmbito do combate a pandemia da COVID-19.

No que respeita ao crédito interno, poderá situar-se-á em 211,7 mil milhões em 2020 contra 197,7 mil milhões de FCFA em 2019. Esta evolução está a associada ao incremento de 11,1 mil milhões de FCFA previsto no estoque do crédito líquido à Administração Central bem como um acréscimo de 2,9 mil milhões de FCFA no crédito à economia.

Importa ainda salientar a diminuição do passivo a carater não monetária, na ordem de 4,1 mil milhões de FCFA para se situar em 21,6 mil milhões de FCFA em 2020. Os outros postos do passivo tenderão a crescer, de forma geral, em 3,6 mil milhões de FCFA.

Como consequência do aumento da Massa Monetária, a circulação fiduciária aponta para um diferencial de 12,7 mil milhões de FCFA no ano de 2020 tendo como base o ano de 2019.

3. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS 2021-2023

3.1. Objetivos da política económica e orçamental

Em 2020, as medidas internas da prevenção e combate a pandemia da COVID-19 associadas a contração da economia mundial e a queda no preço das matérias-primas nomeadamente o da castanha de caju, impactaram fortemente a realização dos objetivos da política económica definida pelo governo.

As aspirações articuladas em torno da promoção de crescimento económico mais forte que permite aos cidadãos, ter maior acesso aos serviços de base, mediante *a reabilitação/construção de novas infraestruturas (de energia elétrica, de transporte, etc.), a reforma da administração pública, a modernização do setor agrícola, a promoção da industrialização e o saneamento do clima de investimento*, não foram alcançadas, devido, em certa medida, devido as implicações direta da crise sanitária em todas as esferas da economia da Guiné-Bissau.

Para o ano de 2021, o Governo prevê numa visão estratégica de recuperação económica de grande impacto com a elaboração e adoção de um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) trienal (2020-2023), estimado em aproximadamente 2 336,7 mil milhões de FCFA.

As aspirações do PND articulam-se essencialmente em torno dois grandes eixos: (i) a elevação do sistema de saúde de acordo com os padrões internacionais e (ii) a transformação gradual da economia nacional, evoluindo para um modelo de crescimento mais justo, próspero e eficiente, no uso regenerativo dos recursos e dentro dos limites dos sistemas naturais. Trata-se de um novo começo, explorando as oportunidades que a pandemia da COVID-19 oferece.

No entanto, considerando os limites do potencial fiscal do país, os objetivos supramencionados só poderão ser atingidos com uma forte mobilização dos Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF). Isto significa, redefinir com maior eficácia possível, a utilização dos recursos já disponíveis através dos diferentes projetos em execução mas também de explorar novos mecanismos ou alternativos de financiamento à economia.

No plano institucional, a estabilidade orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas são elementos essenciais do clima de confiança exigido pelo tipo de investimento necessário. Muito embora, neste contexto da pandemia, será difícil evitar o agravamento do défice orçamental para além dos limites previstos nos tratados comunitários, a médio prazo, os esforços deverão ser dirigidos no sentido de agir sobre as contas e finanças de modo a se aproximar da situação de equilíbrio e, se necessário, aplicar medidas de correção necessárias para resolver ou evitar as situações de défice excessivo.

Do resto, o sucesso da política económica e orçamental para os próximos anos estará subordinado a mobilização de recursos financeiros adequados, tanto interno que externo, em volume e a condições sustentáveis.

3.2. Principais Hipóteses Económicas do Cenário base

Para consecução dos objetivos de política económica e orçamental acima descritos e considerando o contexto em que decorreu a atividade económica dos últimos três anos, optou-se neste exercício por apresentar três cenários (cenário de base; cenário pessimista e um cenário otimista) que tentam desenhar o futuro para a economia da Guiné-Bissau.

Nesta secção, será apresentado o cenário “base line” considerado como o da maior probabilidade de ocorrência.

Os pressupostos que sustentam este cenário resumem-se no seguinte:

Tabela 3: principais hipóteses do cenário de base “base line”

PRINCIPAIS HIPÓTESES		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Agricultura subsistencia							
Taxa de crescimento anual	Revisão	6,6%	7,3%	6,8%	5,6%	6,1%	6,5%
	Inicial	6,6%	7,3%	7,3%	5,6%	6,1%	6,5%
	Diferença	0,0%	0,0%	-0,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Castanha de Caju							
Produção (mil toneladas)	Revisão	185 000	202 500	190 000	200 000	210 000	215 040
	Inicial	185 000	202 500	210 000	214 200	220 947	226 029
	Diferença	0	0	-20 000	-14 200	-10 947	-10 989
Preço médio ao produtor (FCFA/kg)	Revisão	474	351	300	350	400	450
	Inicial	474	351	250	350	350	378
	Diferença	0	0	50	0	50	72
Quantidade exportada oficial (toneladas)	Revisão	146 000	195 547	140 000	180 000	195 000	200 000
	Inicial	146 000	195 547	130 000	235 620	210 562	214 727
	Diferença	0	0	10 000	-55 620	-15 562	-14 727
Preço médio de exportação (USD/ton)	Revisão	1 684	1 096	1 000	1 100	1 210	1 271
	Inicial	1 684	1 096	900	1 022	1 022	1 022
	Diferença	0	0	100	78	188	249
Exportação em valor (mil milhões FCFA) ¹	Revisão	135 117	135 200	101 988	120 175	140 009	152 123
	Inicial	135 117	135 200	77 316	147 391	128 634	129 835
	Diferença	0	0	24 672	-27 216	11 375	22 288
Base tributaria (USD/ton)	Revisão	1 150	950	700	900	1 000	1 050
	Inicial	1 150	950	700	850	850	850
	Diferença	0	0	0	50	150	200
Outros							
Despesas em capital (mil milhões FCFA)	Revisão	58,9	38,2	62,6	67,0	75,9	83,3
	Inicial	58,9	38,2	53,7	59,7	65,8	59,6
	Diferença	0,0	0,0	8,9	7,3	10,1	23,6
Taxa de cambio média (USD/FCFA)	Revisão	556	586	576	575	580	580
	Inicial	556	586	590	586	586	586
	Diferença	0	0	-13	-11	-6	-6

Fonte: Modelo Tchintchor (DGPEE)

O nível da **produção da castanha de caju** para o ano de 2020 foi corrigido para 190 mil toneladas contra 210 mil toneladas estimados em abril do ano corrente. A partir de 2021, observar-se-á uma tendência crescente devendo a produção atingir 215 mil toneladas em 2023. A opinião dos peritos na matéria condicionou bastante a esta revisão;

O **preço médio ao produtor** em 2020 foi reajustado em 300 FCFA contra 325 FCFA retidos no último trabalho de enquadramento de abril do ano corrente, motivado pelas constatações no

terreno. Prevê-se uma retoma gradual com 350 FCFA para 2021, 400 FCFA para 2022 e 450 FCFA para 2023;

Relativamente as últimas informações disponíveis, a **quantidade da castanha de caju a exportar** em 2020 foi reapreciada em +7,7% (140 mil toneladas) em relação a 130 mil toneladas inicialmente previstas. Para os anos subsequentes, esta quantidade será de 180 mil toneladas em 2021; 195 mil toneladas em 2022 e 200 mil toneladas em 2023;

O **preço medio das exportações da castanha de caju** em 2020 foi revisto para 1000 USD/T com base nas informações recebidas das autoridades implicadas na cadeia de exportação. Para os anos subsequentes, os preços médios da exportação são estimados em 1100 USD em 2021; 1210 USD em 2022 e 1270 USD em 2023. Consequentemente, a base tributaria para 2020 é estabelecida em 700 USD/T e evoluirá para 900 USD/T em 2021; 1000 USD/T em 2022 e 1050 USD em 2023;

No concernente a **agricultura de subsistência/familiar**, essencialmente arroz e milho, prevê-se um aumento a um ritmo equivalente a média anual (6,7%) registada nos últimos cinco anos (2015-2019). Continua-se a prever que a queda perspetivada do rendimento dos agricultores – diminuição do preço e da colheita de caju –, não favorecerá a emergência de uma agricultura moderna (aquisição de maquinas e equipamentos);

Para o ano de 2020, os **investimentos públicos** são estimados em 62,6 mil milhões de FCFA, dos quais 12,8% (8 mil milhões de FCFA) de contrapartida interna, ou seja a serem financiados pelo tesouro público sob recursos internos. Para os próximos anos da projeção, as despesas de capital atingirão 67 mil milhões de FCFA em 2021; 75,9 mil milhões em 2022 e 83,3 mil milhões em 2023;

Assume-se também uma perspetiva de retoma do **programa com o Fundo Monetário Internacional** (FMI) a partir de 2021. Nesta perspetiva, este cenário de base toma em conta o valor de 7 bilhões de FCFA por ano no horizonte 2021-2023.

3.3. Crescimento económico e inflação

O gradual levantamento das medidas de contenção, num contexto de relativo controlo da pandemia, traduzir-se-a numa retoma da atividade económica. Assim, projeta-se no cenário de base que o PIB cresça 4,7% em 2021, 5,6% em 2022 e 2023.

♣ Do ponto de vista da oferta

O **setor primário**, retomará o ritmo antes da crise sanitária devendo o seu crescimento atingir em média 4,8% no triénio 2021-2023, sendo 2022, o ano com maior nível de crescimento 5,1%. Este desempenho será grandemente atribuível às boas perspetivas de produção da castanha de caju e de cereais (arroz, milho, etc.), e aos investimentos a serem realizados no quadro do programa de investimento público com destaque para os subsectores (agricultura e pesca), na atividade florestal, pecuária e de caça.

O **setor secundário** irá registar um crescimento progressivo, 2,9% em 2021; 5,1% em 2022 e 5,5% em 2023. Estes níveis de crescimento serão fortemente influenciados pelos investimentos

consideráveis previstos durante o período em apreço. As performances mais notáveis serão, em média anual, alcançadas nos subsectores de construção e obras públicas (+4,3%); eletricidade e água (+4,8%); outras indústrias (8,8%).

O **setor terciário** também crescerá a um ritmo gradual, ou seja 4,8% em 2021, 6,0% em 2022 e 6,4% em 2023. O setor beneficiará da recuperação económica traduzido, entre outros, por preços mais altos da castanha de caju e consequente aumento do rendimento dos agricultores mas também da criação de novos postos de trabalho⁶ na função pública. As melhorias virão de todos os subsectores, mas as variações mais impactantes serão verificadas, em média anual, no comércio (+8,5%), nos serviços financeiros e seguros (6,2%), nos transportes (+5,9%) e nos serviços da administração pública (+5% em média).

♣ Do ponto de vista da procura

O **consumo final (a preços constantes)** registará um crescimento equivalente a 2,1% em 2021 e 2022 e 5,1% em 2023. Este indicador continuará a representar o maior peso do PIB, a título de ilustração no período 2021-2023, ele representa em média 90,2% do PIB.

Quanto aos investimentos, projeta-se um aumento de 14,2% em 2021; 18,1% em 2022 e 10,9% em 2023. O investimento privado deverá ocupar um lugar de relevo beneficiando de um clima sociopolítico apaziguado. Por seu lado, o investimento público também ganhará em dinamismo sob efeito da implementação do PND.

Relativamente as exportações líquidas (a preços constantes) deverão registar melhorias em 2021 (+4,6%) e 2022 (6,6%). Já para o ano de 2023, projeta-se uma tendência negativa devendo o saldo recuar-se em -11,6%. De facto, numa primeira fase, o aumento das exportações tenderão a diminuir o fosso com as importações o que se traduzirá na melhoria das exportações líquidas, contudo já para o ano de 2023 tendo em conta o nível de investimento que se perspetiva, as importações crescerão mais rápido que as exportações. Com essa última consideração, as exportações líquidas recuarão em 11,6% em 2023.

A **inflação** deverá permanecer moderada no horizonte 2021-2023. Existem alguns fatores idiossincráticos que contribuirão para o aumento moderado da inflação em média anual (+1,4%) contra 1,0% entre 2018 e 2020.

3.4. Finanças Públicas e Dívida

As perspetivas macroeconómicas para o período 2021-2023 apresentam uma situação que exige a continuidade e o reforço de medidas e acompanhamento do saneamento gradual das Finanças Públicas. Estes serão fatores decisivos para melhorar o quadro da cobrança e arrecadação das receitas.

⁶ Perspetiva-se o recrutamento em 2021 de aproximadamente 1800 pessoal no setor da saúde e eventualmente o reforço do pessoal de defesa e segurança

Tabela 4: evolução das Finanças Públicas e perspectivas

Finanças Públicas	2019	2020	2021	2022	2023
	(em mil milhões de FCFA)				
Receitas e Donativos	130.1	125.3	149.6	160.5	171.3
<u>Receitas Orçamentais</u>	<u>105.6</u>	<u>96.5</u>	<u>117.0</u>	<u>125.3</u>	<u>134.3</u>
Receitas fiscais	79.1	63.8	87.1	95.4	103.7
Receitas não fiscais	26.5	32.8	29.9	29.9	30.5
<u>Donativos</u>	<u>24.5</u>	<u>28.7</u>	<u>32.6</u>	<u>35.2</u>	<u>37.0</u>
Projectos	22.6	25.0	30.0	34.0	36.0
Programas / Ajuda orçamental	1.9	3.7	2.6	1.2	1.0
Despesas totais e empréstimo líquido	161.8	208.2	212.7	227.4	240.9
<u>Despesas correntes</u>	<u>123.6</u>	<u>145.7</u>	<u>145.7</u>	<u>151.5</u>	<u>157.7</u>
Salários	45.5	46.9	52.5	54.3	56.5
Utilização de bens e serviços	17.2	22.6	23.0	23.5	23.9
Juros devidos	8.2	13.4	20.9	23.3	25.5
Subsídio (transferências para empresas)	30.0	9.2	9.2	9.4	9.9
Doações (transferências para a AP ou Org.Int.)	22.7	25.9	19.5	19.9	20.3
Outras despesas	22.7	27.7	20.6	21.1	21.5
<u>Despesas capitais com recursos internos</u>	<u>1.8</u>	<u>8.0</u>	<u>12.0</u>	<u>14.4</u>	<u>17.3</u>
<u>Despesas capitais com recursos externos</u>	<u>36.4</u>	<u>54.6</u>	<u>55.0</u>	<u>61.5</u>	<u>66.0</u>
Saldo global excl. donativos (base compromisso)	-56.2	-111.7	-95.7	-102.1	-106.7
Saldo global incl. donativos (base compromisso)	-31.7	-83.0	-63.1	-66.9	-69.7
Saldo global incl. donativos (base compromisso; % de PIB)	-3.7%	-9.6%	-6.8%	-6.7%	-6.5%

Fonte: DGPEE

Com foco nos aludidos pressupostos, as **receitas e donativos** são avaliadas em 149,6 mil milhões de FCFA para o ano 2021; 160,5 em 2022 e 171,3 em 2023. A evolução das receitas orçamentais, sobretudo as receitas fiscais, será confortada pela entrada em vigor, a partir de 2021, de novas tabelas fiscais⁷, nos limites fixados (previstos) pela diretiva n°03/2009/CM/UEMOA referente a harmonização das legislações dos Estados membros da UEMOA em matéria de Imposto especial sobre o consumo (IEC) “*droits d'accises*”.

Quanto aos donativos, a NEMO assume que a Guiné-Bissau vai continuar a beneficiar, nomeadamente no âmbito do Fundo de Confinamento e Socorro a Catástrofes (CCRT) criado pelo FMI, de donativos⁸ estimados em 2,6 mil milhões de FCFA para 2021; 1,2 mil milhões de FCFA para 2022 e mil milhões de FCFA para 2023.

No capítulo das **despesas totais e empréstimos líquidos**, a racionalização continuará a orientar as ações do executivo. Os gastos públicos para os anos 2021, 2022 e 2023 estão estimados respetivamente em 212,7; 227,4 e 240,9 mil milhões de FCFA. As despesas correntes tenderão a aumentar ligeiramente ao longo dos anos da projeção, devendo se situar em 151,6 mil milhões em média anual, sob o efeito particularmente acentuado dos pagamentos de juros da dívida pública bem como do aumento das despesas com o pessoal (massa salarial). O aumento desta última rubrica deve-se as perspectivas de criação de novos postos emprego/ recrutamento do pessoal nos setores de saúde e segurança a partir de 2021.

Um outro elemento não menos importante e de relevo impacto nas despesas, é a entrada em vigor, a partir de 2021, da nova estratégia nacional de desenvolvimento, adotado pela Assembleia

⁷ OGE 2020 apresenta novas tabelas fiscais ligados ao imposto profissional e ao IEC

⁸ Estes valores incluem 1,6 mil milhões de FCFA em 2021 e 0,2 mil milhões de FCFA em 2022 ambos esperados do FMI e no âmbito do CCRT

Nacional Popular, denominado “Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)”. Com base nos dados nela apurados, o Governo tomou o engajamento em assumir a título de contrapartida interna nos investimentos de capital uma contribuição, em média anual, de 14,6 mil milhões de FCFA no triénio 2021-2023. Quanto aos investimentos de capital, suportados por recursos externos, estes devem atingir em média anual 60,8 mil milhões de FCFA no período da projecção.

A insuficiência de recursos financeiros para fazer face as despesas ocasionará um **Saldo orçamental** negativo durante todo o período de projecção: -63,1 mil milhões de FCFA em 2021; -66,9 mil milhões de FCFA em 2022 e -69,7 mil milhões de FCFA em 2023, representando respetivamente -6,8%, -6,7 e -6,5% do PIB. Perante um défice orçamental excessivo, é necessário o princípio de solidariedade recíproca, no qual os ministérios setoriais contribuam proporcionalmente para a promoção de estabilização orçamental (PEO). Qualquer organismo que evidencie uma situação que inviabilize o cumprimento da estabilidade orçamental deve remeter informação prévia sobre a situação e uma proposta de regularização.

Tabela 5: perspectivas de financiamento e amortizações

FINANCIAMENTO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Operações sobre ativos e passivos financeiros	35,1	32,3	84,0	63,1	66,9	69,7
<u>Aquisição líquida de ativos financeiros</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>
<u>Acumulação de passivo líquido</u>	<u>41,1</u>	<u>44,1</u>	<u>71,8</u>	<u>37,7</u>	<u>35,6</u>	<u>33,8</u>
Financiamento interno (líquido)	16,6	32,2	30,9	33,0	31,8	30,6
Financiamento bancário	16,6	32,2	30,9	36,4	35,2	34,0
BCEAO excluindo FMI	5,3	-1,1	0,3	1,0	0,0	0,0
FMI	1,3	-1,3	-1,8	5,4	5,2	4,0
Bancos comerciais	9,9	34,5	32,5	30,0	30,0	30,0
Financiamento não bancário	0,0	0,0	0,0	-3,4	-3,4	-3,4
Financiamento externo (líquido)	24,6	11,9	40,9	4,7	3,8	3,2
Desembolsos	26,5	13,8	54,3	25,0	27,5	30,0
Empréstimos aos projetos	26,5	13,8	29,6	25,0	27,5	30,0
Empréstimos aos programas / apoio orçamental	0,0	0,0	24,7	0,0	0,0	0,0
Amortização da dívida	-1,9	-4,8	-13,4	-20,3	-23,7	-26,8
Dívida existente	-1,9	-4,8	-13,4	-20,3	-23,7	-26,8
Variação dos atrasados "pagamento externos em atraso"	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida, reescalonamento obtido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outro financiamento externo (líquido)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<u>Ajustamento</u>	<u>-6,0</u>	<u>-11,7</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>
GAP (em projecção)	0,0	0,0	12,2	25,4	31,3	35,9

Fonte: DGPEE

O **financiamento** do défice orçamental previsto durante o período de projecção (2021-2023) será assegurado por novas dívidas internas ou externas. **Internamente**, as projeções antevêm emissões de novos títulos no valor de 30 mil milhões de FCFA por ano acima das recompras necessárias. Foi também considerado a retoma do programa com o FMI a partir de 2021, devendo permitir o país beneficiar de fundos provenientes desta instituição na ordem de 7 mil milhões FCFA por ano ao longo dos três (03) próximos anos. O Governo terá contudo de continuar a honrar os serviços do estoque da dívida para com esta instituição estimado em cerca de 1,6; 1,8 e 3 mil milhões de FCFA respetivamente em 2021, 2022 e 2023. Ademais, assume-se ainda neste exercício de projecção, o pagamento da dívida interna, após auditoria, no valor de 3,4 mil milhões de FCFA por ano.

A nível do **financiamento externo**, aparecem os empréstimos planeados ligados aos projetos⁹, com uma média anual de 27,5 mil milhões de FCFA no período 2021-2023. Contrariamente ao ano de 2020, nenhum empréstimo do tipo apoio orçamental está previsto. Importa realçar a evolução crescente das amortizações que vão de 20,3 mil milhões de FCFA em 2021 até 26,8 mil milhões em 2023 contra uma realização efetiva de 4,8 e 13,4 mil milhões de FCFA respetivamente em 2019 e 2020.

Mesmo contando com um programa de FMI no valor de 7 mil milhões de FCFA e com a emissão de novos títulos na ordem de 30 mil milhões de FCFA por ano, o GAP de financiamento mantém-se substancial: de 25,4 mil milhões de FCFA para o ano 2021 até 35,9 mil milhões de FCFA em 2023. Isso demonstra a imperiosa necessidade de encontrar novas fontes de financiamento do défice.

Com base nas condições acima indicadas, registar-se-á um agravamento do **estoque da dívida pública**, em particular a dívida interna¹⁰. Ao todo, as projeções apontam para um estoque de 720,6 mil milhões de FCFA em 2021; 807,9 em 2022 e 899,1 em 2023. O rácio “dívida pública total/PIB” atingirá 84,1% do PIB em 2023.

3.5. Balança de pagamentos

A evolução recente das relações do país com o resto de mundo, caracterizou-se pelas oscilações, cujas dinâmicas foram muito tímidas nos últimos anos. O fraco desempenho neste sector foi agravado também com o surgimento da crise, afetando entre outros as transferências públicas sem contrapartida e o investimento direto estrangeiro.

O saldo global da balança de pagamentos deveria situar-se, em -11,7 mil milhões de FCFA em 2021; 1,5 mil milhões de FCFA em 2022 e -6,6 mil milhões de FCFA em 2023. Este desempenho é o efeito conjugado das melhorias, em média anual, nas contas das transações correntes (-55,2 mil milhões de FCFA), na conta de capital (23,5 mil milhões de FCFA) e na conta financeira (26,1 mil milhões de FCFA).

A balança de transações correntes passará de -57,8 mil milhões de FCFA em 2021 para -58,2 mil milhões de FCFA em 2023. Este ligeiro agravamento do saldo será o resultado conjugado dos défices tanto da balança de bens assim como da balança de serviços.

O saldo da conta de capital deverá manter-se relativamente estável, de 20,2 mil milhões de FCFA em 2021 para 26,2 mil milhões de FCFA em 2023. A evolução desta rubrica continuará a ser suportada pelas entradas de capitais provenientes dos Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF) no âmbito da implementação de projetos públicos.

No que concerne o investimento em carteira, este continuará a crescer durante o período da projeção (2021-2023), na ordem de 26,1 mil milhões de FCFA por ano. Este nível traduz o recurso eventual ao financiamento por via do mercado de títulos.

⁹ Aquando do Enquadramento, as previsões de projetos planeados não estavam disponíveis. Tanto para doações bem como para os empréstimos aos projetos, apenas foram feitas estimativas com a ajuda da Direção Geral do Plano (DGP).

¹⁰ Para fazer uma previsão conservativa foi considerado para o financiamento do GAP a emissão de títulos de tesouro, que claramente aumenta a dívida interna fortemente.

3.6. Situação monetária

A massa monetária corresponderá a 401,4 mil milhões de FCFA para o ano de 2021. Ela poderá situar-se em 403,3 mil milhões de FCFA em 2022 e 405,2 mil milhões de FCFA em 2023.

A acima referida estará alinhada com a evolução do crédito interno que observará uma tendência crescente, com a probabilidade de se situar em 224,8 mil milhões de FCFA no exercício de 2021, 226,7 em 2022 e 228,6 em 2023. Este aumento será, no essencial impulsionado pelo incremento do crédito à economia.

Quanto aos ativos externos líquidos, manterão estável durante o período 2021-2023, devendo registar um valor médio de 226,91 mil milhões de FCFA.

A circulação fiduciária deverá manter-se também estável durante o período de 2021 a 2023, devendo registar uma média anual de 252,7 mil milhões de FCFA.

4. ANÁLISE DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS

Para explicar toda a incerteza em torno das projeções, optou-se neste exercício para dois cenários económicos adversos, que vão desde uma profunda recessão “cenário pessimista” até ao cenário de uma recuperação mais rápida “cenário otimista”. Um resumo comparativo dos pressupostos assumidos em cada um desses cenários em comparação com o cenário de base apresenta-se como se segue:

Tabela 6: quadro de comparação das hipóteses / 3 cenários

	2020			2021			2022			2023		
	Otimista	Base	Pessimista	Otimista	Base	Pessimista	Otimista	Base	Pessimista	Otimista	Base	Pessimista
Arroz												
-Produção (var%)	6,7%	6,7%	3,0%	5,0%	5,0%	5,0%	6,0%	6,0%	6,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Caju												
- Preço ao Produtor (FCFA/kg)	300	300	300	400	350	320	450	400	340	500	450	360
- Preço exportação (USD/t)	1000	1000	1000	1200	1100	1050	1280	1210	1100	1360	1270	1200
- Base tributária (USD/t)	700	700	700	950	900	800	1050	1000	900	1100	1050	950
Projetos (mil milhões FCFA)												
- Donativos	41,6	25,0	22,0	40,0	30,0	17,0	44,0	34,0	19,0	46,0	36,0	22,0
- Empréstimos	30,4	29,5	18,0	27,5	25,0	10,0	30,0	27,5	13,0	33,0	30,0	16,0
- Financiamento Interno	8,0	8,0	4,0	12,0	12,0	4,0	14,4	14,4	5,0	17,3	17,3	6,0
Apoio Orçamental												
- Donativos	9,7	3,7	3,7	2,6	2,6	2,6	1,2	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0
- Empréstimos	36,2	24,7	21,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: DGPEE

Cenário otimista:

Os **donativos aos projetos** foram reapreciados devendo atingir, em média anual, no período 2020-2023, 42,9 mil milhões de FCFA contra 31,3 mil milhões de FCFA no cenário de base, ou seja um aumento de 37,1%. Os **financiamentos aos projetos com recursos externos** situar-se-ão, no período da projeção, em 30,2 mil milhões de FCFA em média anual contra uma média de 28 mil milhões de FCFA no cenário de base. Tratando-se de **contrapartida interna aos projetos**, não se registou alterações em relação ao cenário de base.

No capítulo de **apoio orçamental**, foi considerado mais 6 mil milhões de **apoios em donativo** em 2020, em comparação com o cenário base, na perspetiva de se concretizar o apoio previsto do BAD. Para os restantes anos (2021-2023) as hipóteses do cenário de base foram reconduzidas. Foi também acrescido aos **empréstimos sob forma de apoio orçamental** em 2020, um valor de 11,5 milhões de FCFA esperados do FMI. Para os anos subsequentes, o cenário mantém-se inalterável.

Em relação a agricultura, com destaque para a **produção e comercialização de caju**, a produção da castanha manteve-se inalterada face ao cenário de base. O **preço ao produtor** do quilograma de castanha de caju situar-se-á em 413 em média anual no período de 2020 a 2023 contra uma média de 375 FCFA no cenário de base. A **quantidade da castanha de caju a exportar** não sofreu alteração em comparação com o cenário de base. O **preço da exportação da castanha de caju** mantém-se inalterado em 2020 face ao cenário de base. Sofreram um modesto aumento para os anos subsequentes (2021-2023), a média anual estabilizar-se-á em 1280 USD/T contra 1193 USD/T no cenário de base. A **base tributária** também não sofrerá alteração em 2020. Contudo, foi ligeiramente elevada nos anos 2021 a 2023 devendo atingir, em média anual, 1033 USD/T contra 984 USD/T para o cenário de base. O crescimento na **produção de**

cereais, sobretudo, o arroz mantém-se inalterada face ao cenário de base (6,7% em todo o período de projeção);

Este cenário toma em conta as simulações efetuadas sobre o aumento na **arrecadação das receitas** da **DGCI** e da **DGA**, com base nas condições económicas de 2019, em caso as taxas fixadas no OGE 2020 para aplicação em 2021 forem realmente implementadas. Os quadros referentes as referidas simulações constam dos anexos a presente NEMO.

Assumindo esses pressupostos, as taxas de crescimento do PIB real se situariam em -0,7% em 2020; 4,6% em 2021; 5,5% em 2022 e 5,6% em 2023.

*
* *
*

Cenário pessimista:

Assumindo uma postura pessimista, os **donativos aos projetos** sofrerão uma queda para se situar, em média anual, em 20 mil milhões de FCFA no período 2020-2023 contra 31,3 mil milhões de FCFA no cenário de base, uma queda de 36,1%. Os **financiamentos aos projetos com recursos externos** situar-se-ão, no período em referência, em 16,0 mil milhões de FCFA em média anual contra uma média de 28 mil milhões de FCFA no cenário de base. Os esforços internos destinados a financiar o investimento estabilizar-se-ão, em média anual, em 4,8 mil milhões de FCFA contra 12,9 mil milhões de FCFA no cenário de base.

Tratando-se do **apoio orçamental em donativo** não se registou alteração em comparação com o cenário base. Para os **empréstimos sob forma de apoio orçamental**, o valor retido no cenário de base para o ano de 2020 (24,7 mil milhões de FCFA) será reduzido de 24,3% neste cenário pessimista para o mesmo ano. Isto deve-se ao risco da não realização do apoio esperado do Banco Mundial (BM). Para os anos subsequentes, no cenário mantém-se inalterado em relação ao cenário de base.

Em relação a agricultura, com particular destaque para a **produção e comercialização de caju**, a produção da castanha manteve-se inalterada face ao cenário de base. O **preço ao produtor** da castanha de caju situar-se-á em 330 FCFA/Kg em média anual no período 2020 a 2023 contra uma média de 375 FCFA no cenário de base. A **quantidade da castanha de caju a exportar** não sofreu alteração em comparação com o cenário de base. O **preço da exportação da castanha de caju** mantém-se inalterado em 2020 face ao cenário de base. Sofreram um modesto aumento para os anos subsequentes (2021-2023), a média anual estabilizar-se-á em 1117 USD/T contra 1193 USD/T no cenário de base. A **base tributária** também não sofrerá alteração em 2020. Contudo, foi ligeiramente revista em baixa nos anos 2021 a 2023 devendo se situar, em média anual, em 883 USD/T contra 984 USD/T para o cenário de base. Prevê-se, igualmente, um crescimento modesto na **produção de cereais**, sobretudo, o arroz em 3,0% em todo o período de projeção contra 6,7% no cenário de base.

Com essas considerações, a taxa de crescimento do PIB real é estimada em -3,8% para o ano de 2020 e projetada para 2,4% para o ano de 2021; 4,6% para o ano de 2022 e 5,1% para o ano de 2023.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

A atividade económica em 2020 sofreu um choque exógeno brutal com a eclosão da pandemia da Covid-19. De facto, a crise sanitária levará a uma diminuição significativa do crescimento em termos reais sobretudo no setor de caju (-6,2%), fileira considerada como sendo coluna vertebral da economia guineense. Nos serviços, a quebra foi muito significativa, em particular nos transportes (-9,5%), comércio (-5,9%) e turismo, restauração, hotelaria (-7,7%). O comércio externo fora afetado, com uma queda antecipada das exportações em 31,3%.

Neste contexto, a atividade económica deverá contrair 2,3% em 2020 e recuperar progressivamente: +4,7% em 2021 e +5,6% em 2022 e 2023. A retoma do crescimento projetada a partir de 2021, permitirá o país voltar gradualmente a normalidade.

Contudo, é de reconhecer que a gravidade da contração em 2020 e a aceleração/velocidade da recuperação nos anos subsequentes dependerão de vários fatores, entre os quais se destacam a eficácia das políticas públicas em matéria sanitária mas também das medidas que possam superar os constrangimentos estruturais que inibem e limitam o desenvolvimento económico do país.

A nível das Finanças Públicas, as receitas totais e donativos devem atingir 125,3 mil milhões de FCFA contra 208,2 mil milhões de FCFA de despesas totais e empréstimos líquidos. O défice orçamental corresponde -83,0 mil milhões de FCFA, deverá representar -9,6% do PIB nominal. Para os restantes anos de projeção, o défice orçamental é estimada em -6,8%; 6,7% e 6,5% do PIB.

Face aos desafios de mobilização de recursos, particularmente financeiros, e o compromisso assumido pelo Governo em contribuir com recursos internos, na ordem de 14,6 mil milhões em média anual (2021-2023), para a implementação adequada do PND 2021-2023, será necessário redobrar de esforços para a melhoria da capacidade de arrecadação de recursos internos.

Uma melhor fiscalização, maior presença ou representação das *Régies* financeiras (DGCI, DGA) em todo o território nacional contribuiria em grande medida para a superação dos objetivos de arrecadação de receitas preconizados no cenário de base desta Nota de Enquadramento Macroeconómico.

Finalmente, a estabilidade governativa, o princípio de racionalização das despesas e a mobilização dos PTF em torno das prioridades do governo, devem ser os princípios que nortearão a ação pública nos próximos tempos.

5.2. Recomendação

Considerando os efeitos negativos da COVID-19 em todos os setores da economia, o Governo e os Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF) devem continuar a unir esforços por forma a aperfeiçoar as políticas de luta contra os efeitos adversos desta pandemia.

Nesta perspectiva, recomenda-se que as políticas económicas atuais e futuras assentem nas estratégias destinadas a estabilizar a economia e as Finanças Publicas após a pandemia

A curto prazo as intervenções devem focar-se nos seguintes:

- Melhorar a arrecadação de receitas (alargar a presença da DGA e a fiscalização em algumas localidades no interior do país, etc. articulando com a aplicação da TVA para a fiscalidade interna);
- Reforçar as medidas de contenção e de racionalização das despesas ora engajadas pelo Governo, por forma a melhorar o nível considerável de défice orçamental perspectivado ao longo do período da projeção;
- Melhorar e reforçar o investimento público com destaque para as infraestruturas rodoviárias; os serviços de saúde, saneamento básico e proteção social;
- Diversificar as fontes de financiamento, tendo em conta a fraca capacidade de sustentabilidade da dívida;
- Apoiar seriamente o Instituto Nacional de Estatística (INE) através de reforço do capital humano e em equipamentos sobretudo informáticos;
- Apoiar a Direção Geral da Dívida Pública (DGDP) para que no futuro próximo possa realizar a análise de viabilidade da dívida e operacionalizar o Comité Nacional da Dívida Pública.

A longo prazo e visando conferir maior resistência à nossa economia, as apostas devem concorrer para:

- Promover e incentivar o acesso ao crédito com apoio a transformação local dos nossos produtos de forma a contribuir para expansão da exportação e do aumento da contribuição predial rustica;
- Promover a diversificação das exportações por intermédio de mecanização da produção agrícola e criação de frota nacional de pescas;
- Criar um ambiente de negócio e investimento com vista ao desenvolvimento do setor privado e atração de novos investimentos;
- Promover a renegociação do estoque da dívida pública por forma a tornar o serviço inerente sustentável a longo prazo;
- Inverter as tendências das despesas públicas tendo em conta o consenso sobre o fato das despesas públicas sobre os setores de agricultura e saúde terem efeitos particularmente forte sobre o crescimento.

ANEXOS

PRODUIT INTERIEUR BRUT, Optique production	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
(mio FCFA courants)								
Secteur primaire	268 195	310 339	257 417	256 861	265 016	291 078	320 005	351 032
Agriculture vivrière	126 267	132 225	143 142	156 802	169 793	182 403	196 834	213 334
Noix de cajou	96 531	128 296	58 225	41 361	30 661	40 727	52 176	63 327
Elevage, chasse	26 459	23 511	24 504	25 937	27 168	28 558	29 845	31 273
Sylviculture et exploitation forestière	3 990	3 602	6 025	4 481	4 584	4 659	4 743	4 821
Pêche et aquaculture	14 948	22 705	25 520	28 281	32 809	34 731	36 406	38 276
Secteur secondaire	88 708	99 916	102 834	114 555	123 800	126 785	133 932	142 631
Activités extractives	3 010	3 109	3 310	3 375	3 561	3 619	3 846	4 157
Agroalimentaire	41 441	46 939	50 322	56 642	63 228	62 893	65 328	69 438
Autres industries	22 424	22 540	22 853	25 135	24 667	27 759	30 454	32 756
Electricité - Eau - Assainissement	8 308	9 688	9 817	10 587	12 792	13 067	13 583	14 238
Construction	13 525	17 640	16 532	18 816	19 551	19 447	20 722	22 043
Secteur tertiaire	335 173	384 810	418 540	439 772	429 862	455 885	483 374	514 844
Commerce et réparation	128 495	146 266	161 119	153 327	147 284	153 614	166 188	180 125
Transport et entreposage	37 339	39 054	39 875	40 056	37 561	39 087	41 736	44 794
Information et communication	23 341	24 541	24 780	26 842	25 868	26 408	28 062	30 202
Services Financiers et assurances	14 430	18 159	21 018	22 274	21 642	23 792	25 410	27 164
Autres services	50 257	57 125	62 728	63 382	59 329	58 407	61 990	66 174
Services d'administration publique	81 311	99 665	109 020	133 891	138 178	154 576	159 987	166 386
Total de la valeur ajoutée	692 076	795 065	778 791	811 188	818 677	873 748	937 310	1 008 507
Impôts et taxes nets sur les produits	45 762	58 488	53 302	49 191	42 947	50 915	56 016	60 752
Produit Interieur Brut	737 838	853 553	832 093	860 378	861 624	924 662	993 326	1 069 259
Rémunération des salariés	116 636	121 933	131 243	149 770	149 765	162 790	170 749	179 812
Excédent brut d'exploitation / revenus mixtes	568 871	667 111	639 789	654 181	661 794	703 624	758 558	820 038
Revenus mixtes des ménages	452 281	499 504	471 890	470 562	480 873	511 753	555 858	604 136
EBE des sociétés	94 553	130 245	127 036	133 432	129 127	133 931	142 731	153 535
EBE des administrations publiques	22 037	37 362	40 864	50 188	51 794	57 941	59 969	62 368
Salaires secteurs secondaire et tertiaire privés	49 639	51 980	55 093	57 658	55 119	57 432	61 519	66 194
EBE secteurs secondaire et tertiaire privés	283 456	324 006	346 304	352 264	349 802	359 827	384 079	412 216

Poids des branches dans le PIB (prix courants), en %

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
(variação em %)								
Secteur primaire	36,3%	36,4%	30,9%	29,9%	30,8%	31,5%	32,2%	32,8%
Agriculture vivrière	17,1%	15,5%	17,2%	18,2%	19,7%	19,7%	19,8%	20,0%
Noix de cajou	13,1%	15,0%	7,0%	4,8%	3,6%	4,4%	5,3%	5,9%
Elevage, chasse	3,6%	2,8%	2,9%	3,0%	3,2%	3,1%	3,0%	2,9%
Sylviculture et exploitation forestière	0,5%	0,4%	0,7%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Pêche et aquaculture	2,0%	2,7%	3,1%	3,3%	3,8%	3,8%	3,7%	3,6%
Secteur secondaire	12,0%	11,7%	12,4%	13,3%	14,4%	13,7%	13,5%	13,3%
Activités extractives	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Agroalimentaire	5,6%	5,5%	6,0%	6,6%	7,3%	6,8%	6,6%	6,5%
Autres industries	3,0%	2,6%	2,7%	2,9%	2,9%	3,0%	3,1%	3,1%
Electricité - Eau - Assainissement	1,1%	1,1%	1,2%	1,2%	1,5%	1,4%	1,4%	1,3%
Construction	1,8%	2,1%	2,0%	2,2%	2,3%	2,1%	2,1%	2,1%
Secteur tertiaire	45,4%	45,1%	50,3%	51,1%	49,9%	49,3%	48,7%	48,1%
Commerce et réparation	17,4%	17,1%	19,4%	17,8%	17,1%	16,6%	16,7%	16,8%
Transport et entreposage	5,1%	4,6%	4,8%	4,7%	4,4%	4,2%	4,2%	4,2%
Information et communication	3,2%	2,9%	3,0%	3,1%	3,0%	2,9%	2,8%	2,8%
Services Financiers et assurances	2,0%	2,1%	2,5%	2,6%	2,5%	2,6%	2,6%	2,5%
Autres services	6,8%	6,7%	7,5%	7,4%	6,9%	6,3%	6,2%	6,2%
Services d'administration publique	11,0%	11,7%	13,1%	15,6%	16,0%	16,7%	16,1%	15,6%
Total de la valeur ajoutée	93,8%	93,1%	93,6%	94,3%	95,0%	94,5%	94,4%	94,3%
Impôts et taxes nets sur les produits	6,2%	6,9%	6,4%	5,7%	5,0%	5,5%	5,6%	5,7%
Produit Interieur Brut	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE e CEM.

PIB, optique de la production

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
(em mio FCFA constants 2015)								
Secteur primaire	254 856	264 742	274 551	292 322	297 481	312 240	328 072	342 807
Agriculture vivrière	114 691	120 980	129 010	138 454	147 927	156 247	165 736	176 538
Noix de cajou	93 038	96 240	93 857	102 736	96 394	101 467	106 541	109 098
Elevage, chasse	27 415	25 295	25 965	26 601	27 255	27 926	28 473	29 106
Sylviculture et exploitation forestière	5 603	4 613	6 533	4 468	4 548	4 602	4 667	4 732
Pêche et aquaculture	14 109	17 615	19 186	20 063	21 358	21 997	22 655	23 333
Secteur secondaire	88 910	96 208	105 139	109 070	111 084	113 647	119 485	126 107
Activités extractives	2 821	2 886	3 115	3 146	3 198	3 208	3 356	3 566
Agroalimentaire	39 884	40 127	43 216	46 717	48 950	48 211	49 386	51 682
Autres industries	23 195	24 361	26 042	26 615	25 644	28 573	31 006	32 967
Electricité - Eau - Assainissement	8 152	8 212	8 655	9 227	9 503	9 921	10 418	10 938
Construction	14 858	20 623	24 111	23 366	23 789	23 733	25 319	26 954
Secteur tertiaire	328 788	346 717	352 094	365 106	345 552	362 162	383 921	408 600
Commerce et réparation	123 031	125 959	112 424	121 916	114 730	123 551	134 411	146 447
Transport et entreposage	35 911	37 414	39 734	40 608	36 746	38 395	40 923	43 651
Information et communication	25 494	26 949	28 485	28 770	27 388	27 863	29 492	31 615
Services Financiers et assurances	14 408	17 080	19 779	20 748	19 938	21 585	22 695	23 883
Autres services	74 422	83 429	93 273	93 553	86 334	84 051	88 291	93 220
Services d'administration publique	55 522	55 887	58 399	59 511	60 415	66 717	68 109	69 783
Total de la valeur ajoutée	672 554	707 668	731 784	766 498	754 118	788 049	831 477	877 514
Impôts et taxes nets sur les produits	45 762	44 469	45 596	45 958	39 675	43 022	46 324	49 752
Produit Interieur Brut	718 316	752 137	777 380	812 456	793 793	831 071	877 801	927 266

Taux de croissance réel du PIB (prix constants 2015)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
(variação em %)								
Secteur primaire	6,4%	3,9%	3,7%	6,5%	1,8%	5,0%	5,1%	4,5%
Agriculture vivrière	5,4%	5,5%	6,6%	7,3%	6,8%	5,6%	6,1%	6,5%
Noix de cajou	6,5%	3,4%	-2,5%	9,5%	-6,2%	5,3%	5,0%	2,4%
Elevage, chasse	12,5%	-7,7%	2,7%	2,4%	2,5%	2,5%	2,0%	2,2%
Sylviculture et exploitation forestière	1,6%	-17,7%	41,6%	-31,6%	1,8%	1,2%	1,4%	1,4%
Pêche et aquaculture	5,4%	24,8%	8,9%	4,6%	6,5%	3,0%	3,0%	3,0%
Secteur secondaire	1,0%	8,2%	9,3%	3,7%	1,8%	2,3%	5,1%	5,5%
Activités extractives	4,1%	2,3%	8,0%	1,0%	1,6%	0,3%	4,6%	6,3%
Agroalimentaire	6,4%	0,6%	7,7%	8,1%	4,8%	-1,5%	2,4%	4,6%
Autres industries	1,4%	5,0%	6,9%	2,2%	-3,6%	11,4%	8,5%	6,3%
Electricité - Eau - Assainissement	-5,0%	0,7%	5,4%	6,6%	3,0%	4,4%	5,0%	5,0%
Construction	-9,5%	38,8%	16,9%	-3,1%	1,8%	-0,2%	6,7%	6,5%
Secteur tertiaire	7,0%	5,5%	1,6%	3,7%	-5,4%	4,8%	6,0%	6,4%
Commerce et réparation	1,0%	2,4%	-10,7%	8,4%	-5,9%	7,7%	8,8%	9,0%
Transport et entreposage	6,2%	4,2%	6,2%	2,2%	-9,5%	4,5%	6,6%	6,7%
Information et communication	-12,1%	5,7%	5,7%	1,0%	-4,8%	1,7%	5,8%	7,2%
Services Financiers et assurances	167,1%	18,5%	15,8%	4,9%	-3,9%	8,3%	5,1%	5,2%
Autres services	15,4%	12,1%	11,8%	0,3%	-7,7%	-2,6%	5,0%	5,6%
Services d'administration publique	5,1%	0,7%	4,5%	1,9%	1,5%	10,4%	2,1%	2,5%
Total de la valeur ajoutée	5,9%	5,2%	3,4%	4,7%	-1,6%	4,5%	5,5%	5,5%
Impôts et taxes nets sur les produits	-1,3%	-2,8%	2,5%	0,8%	-13,7%	8,4%	7,7%	7,4%
Produit Interieur Brut	5,4%	4,7%	3,4%	4,5%	-2,3%	4,7%	5,6%	5,6%

Poids VA au prix de 2015 (en %)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Secteur primaire	35,5%	35,2%	35,3%	36,0%	37,5%	37,6%	37,4%	37,0%
Agriculture vivrière	16,0%	16,1%	16,6%	17,0%	18,6%	18,8%	18,9%	19,0%
Noix de cajou	13,0%	12,8%	12,1%	12,6%	12,1%	12,2%	12,1%	11,8%
Elevage, chasse	3,8%	3,4%	3,3%	3,3%	3,4%	3,4%	3,2%	3,1%
Sylviculture et exploitation forestière	0,8%	0,6%	0,8%	0,5%	0,6%	0,6%	0,5%	0,5%
Pêche et aquaculture	2,0%	2,3%	2,5%	2,5%	2,7%	2,6%	2,6%	2,5%
Secteur secondaire	12,4%	12,8%	13,5%	13,4%	14,0%	13,7%	13,6%	13,6%
Activités extractives	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Agroalimentaire	5,6%	5,3%	5,6%	5,8%	6,2%	5,8%	5,6%	5,6%
Autres industries	3,2%	3,2%	3,3%	3,3%	3,2%	3,4%	3,5%	3,6%
Electricité - Eau - Assainissement	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%
Construction	2,1%	2,7%	3,1%	2,9%	3,0%	2,9%	2,9%	2,9%
Secteur tertiaire	45,8%	46,1%	45,3%	44,9%	43,5%	43,6%	43,7%	44,1%
Commerce et réparation	17,1%	16,7%	14,5%	15,0%	14,5%	14,9%	15,3%	15,8%
Transport et entreposage	5,0%	5,0%	5,1%	5,0%	4,6%	4,6%	4,7%	4,7%
Information et communication	3,5%	3,6%	3,7%	3,5%	3,5%	3,4%	3,4%	3,4%
Services Financiers et assurances	2,0%	2,3%	2,5%	2,6%	2,5%	2,6%	2,6%	2,6%
Autres services	10,4%	11,1%	12,0%	11,5%	10,9%	10,1%	10,1%	10,1%
Services d'administration publique	7,7%	7,4%	7,5%	7,3%	7,6%	8,0%	7,8%	7,5%
Total de la valeur ajoutée	93,6%	94,1%	94,1%	94,3%	95,0%	94,8%	94,7%	94,6%
Impôts et taxes nets sur les produits	6,4%	5,9%	5,9%	5,7%	5,0%	5,2%	5,3%	5,4%
Produit Interieur Brut	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE e CEM.

Contribution à la croissance

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Secteur primaire	2,25	1,38	1,30	2,29	0,63	1,86	1,91	1,68
Agriculture vivrière	0,86	0,88	1,07	1,21	1,17	1,05	1,14	1,23
Noix de cajou	0,83	0,45	-0,32	1,14	-0,78	0,64	0,61	0,29
Élevage, chasse	0,45	-0,30	0,09	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07
Sylviculture et exploitation forestière	0,01	-0,14	0,26	-0,27	0,01	0,01	0,01	0,01
Pêche et aquaculture	0,11	0,49	0,21	0,11	0,16	0,08	0,08	0,08
Secteur secondaire	0,12	1,02	1,19	0,51	0,25	0,32	0,70	0,75
Activités extractives	0,02	0,01	0,03	0,00	0,01	0,00	0,02	0,02
Agroalimentaire	0,35	0,03	0,41	0,45	0,27	-0,09	0,14	0,26
Autres industries	0,05	0,16	0,22	0,07	-0,12	0,37	0,29	0,22
Électricité - Eau - Assainissement	-0,06	0,01	0,06	0,07	0,03	0,05	0,06	0,06
Construction	-0,23	0,80	0,46	-0,10	0,05	-0,01	0,19	0,19
Secteur tertiaire	3,15	2,50	0,71	1,67	-2,41	2,09	2,62	2,81
Commerce et réparation	0,17	0,41	-1,80	1,22	-0,88	1,11	1,31	1,37
Transport et entreposage	0,31	0,21	0,31	0,11	-0,48	0,21	0,30	0,31
Information et communication	-0,51	0,20	0,20	0,04	-0,17	0,06	0,20	0,24
Services Financiers et assurances	1,32	0,37	0,36	0,12	-0,10	0,21	0,13	0,14
Autres services	1,46	1,25	1,31	0,04	-0,89	-0,29	0,51	0,56
Services d'administration publique	0,40	0,05	0,33	0,14	0,11	0,79	0,17	0,19
Total de la valeur ajoutée	5,52	4,89	3,21	4,47	-1,52	4,27	5,23	5,24
Impôts et taxes nets sur les produits	-0,09	-0,18	0,15	0,05	-0,77	0,42	0,40	0,39
Produit Intérieur Brut	5,43	4,71	3,36	4,51	-2,30	4,70	5,62	5,64

Deflateurs du PIB par branche

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	(variação em %)							
Secteur primaire	5,2%	11,4%	-20,0%	-6,3%	1,4%	4,6%	4,6%	5,0%
Agriculture vivrière	8,2%	-0,7%	1,5%	2,1%	1,4%	1,7%	1,7%	1,8%
Noix de cajou	3,8%	28,5%	-53,5%	-35,1%	-21,0%	26,2%	22,0%	18,5%
Élevage, chasse	4,8%	-3,7%	1,5%	3,3%	2,2%	2,6%	2,5%	2,5%
Sylviculture et exploitation forestière	-28,8%	9,6%	18,1%	8,7%	0,5%	0,4%	0,4%	0,2%
Pêche et aquaculture	5,9%	21,7%	3,2%	6,0%	9,0%	2,8%	1,8%	2,1%
Secteur secondaire	-0,2%	4,1%	-5,8%	7,4%	6,1%	0,1%	0,5%	0,9%
Activités extractives	6,7%	1,0%	-1,4%	1,0%	3,8%	1,3%	1,6%	1,7%
Agroalimentaire	3,9%	12,6%	-0,5%	4,1%	6,5%	1,0%	1,4%	1,6%
Autres industries	-3,3%	-4,3%	-5,2%	7,6%	1,9%	1,0%	1,1%	1,2%
Électricité - Eau - Assainissement	1,9%	15,8%	-3,9%	1,2%	17,3%	-2,2%	-1,0%	-0,2%
Construction	-9,0%	-6,0%	-19,8%	17,4%	2,1%	-0,3%	-0,1%	-0,1%
Secteur tertiaire	1,9%	8,9%	7,1%	1,3%	3,3%	1,2%	0,0%	0,1%
Commerce et réparation	4,4%	11,2%	23,4%	-12,2%	2,1%	-3,1%	-0,6%	-0,5%
Transport et entreposage	4,0%	0,4%	-3,9%	-1,7%	3,6%	-0,4%	0,2%	0,6%
Information et communication	-8,4%	-0,5%	-4,5%	7,3%	1,2%	0,3%	0,4%	0,4%
Services Financiers et assurances	0,2%	6,2%	0,0%	1,0%	1,1%	1,6%	1,6%	1,6%
Autres services marchands	2,7%	1,4%	-1,8%	0,7%	1,4%	1,1%	1,0%	1,1%
Services d'administration publique	3,2%	21,8%	4,7%	20,5%	1,7%	1,3%	1,4%	1,5%
Total de la valeur ajoutée	2,9%	9,2%	-5,3%	-0,6%	2,6%	2,1%	1,7%	2,0%
Impôts et taxes nets sur les produits	0,0%	31,5%	-11,1%	-8,4%	1,1%	9,3%	2,2%	1,0%
Produit Intérieur Brut	2,7%	10,5%	-5,7%	-1,1%	2,5%	2,5%	1,7%	1,9%

Produit Intérieur brut, optique dépenses

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	(en mio FCFA courants)							
Produit Intérieur Brut	737 838	853 553	817 682	860 342	861 624	924 662	993 326	1 069 259
Consommation finale	653 874	731 702	733 479	797 071	832 207	867 537	901 750	961 853
Menages	532 084	588 913	584 531	618 450	637 725	654 688	682 184	734 502
Autoconsommation	69 525	81 172	84 341	86 450	89 731	92 758	96 241	99 802
Commercialisée	462 559	507 741	500 190	532 000	547 994	561 930	585 943	634 700
Administrations publiques	121 790	142 789	148 949	178 621	194 482	212 849	219 566	227 351
Investissement	133 777	154 670	103 207	173 678	163 028	184 089	211 718	234 661
Formation brute de capital fixe	132 597	153 457	185 603	192 722	190 067	189 819	205 481	221 720
Privée	73 211	91 942	120 847	150 741	121 230	119 469	125 786	134 276
Publique	59 386	61 515	64 756	41 982	68 838	70 350	79 695	87 444
Variation des stocks	1 180	1 213	-82 397	-19 044	-27 039	-5 730	6 237	12 941
Exportations nettes	-49 813	-32 819	-19 004	-110 407	-133 611	-126 964	-120 141	-127 255
Exportations	175 419	226 485	237 943	193 311	118 562	142 151	167 308	182 337
Biens	149 117	191 379	196 943	161 415	106 562	125 351	145 108	158 070
Services	26 302	35 106	41 000	31 896	12 000	16 800	22 200	24 267
Importations	225 232	259 304	256 947	303 718	252 173	269 114	287 449	309 592
Biens	197 762	202 095	191 585	240 800	198 501	208 262	222 628	240 056
Services	27 470	57 209	65 362	62 918	53 672	60 852	64 821	69 536

Fonte: INE e CEM.

Produit Interieur brut, optique des dépenses, aux prix de 2015

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Produit Interieur Brut	717 457	773 173	777 380	812 456	793 793	831 071	877 801	927 266
Consommation finale	643 143	683 714	669 950	718 596	751 730	767 711	783 869	823 688
Menages	522 037	557 853	544 644	587 054	608 592	613 365	627 000	663 653
Autoconsommation	68 213	76 891	78 583	80 312	82 079	83 885	85 731	87 617
Commercialisee	453 824	480 962	466 061	506 743	526 512	529 480	541 269	576 036
Administrations publiques	121 106	125 861	125 306	131 542	143 139	154 346	156 868	160 035
Investissement	122 425	149 393	95 476	128 904	123 556	141 128	166 624	184 705
Formation brute de capital fixe	121 054	148 181	166 551	179 165	174 121	170 157	180 033	189 940
Privee	66 838	88 781	100 776	117 859	110 753	105 177	113 367	121 459
Publique	54 216	59 400	65 775	61 307	63 368	64 979	66 666	68 480
Variation des stocks	1 371	1 212	-71 076	-50 262	-50 564	-29 028	-13 409	-5 235
Exportations nettes	-48 111	-59 934	11 954	-35 044	-81 494	-77 769	-72 692	-81 127
Exportations	172 019	183 014	233 282	228 418	156 984	167 102	179 301	181 497
Biens	145 914	157 305	203 398	205 207	148 263	155 031	163 529	164 452
Services	26 105	25 709	29 884	23 212	8 721	12 072	15 772	17 045
Importations	220 130	242 948	221 328	263 463	238 478	244 871	251 993	262 624
Biens	192 450	199 153	172 272	216 710	198 991	200 545	205 243	212 970
Services	27 680	43 795	49 056	46 752	39 487	44 327	46 750	49 654

Taux de croissance réelle des emplois du PIB, (prix constants 2015)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Produit Interieur Brut	5,3%	7,8%	0,5%	4,5%	-2,3%	4,7%	5,6%	5,6%
Consommation finale	5,7%	6,3%	-2,0%	7,3%	4,6%	2,1%	2,1%	5,1%
Menages	5,2%	6,9%	-2,4%	7,8%	3,7%	0,8%	2,2%	5,8%
Autoconsommation	3,1%	12,7%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%
Commercialisee	5,5%	6,0%	-3,1%	8,7%	3,9%	0,6%	2,2%	6,4%
Administrations publiques	8,1%	3,9%	-0,4%	5,0%	8,8%	7,8%	1,6%	2,0%
Investissement	20,0%	22,0%	-36,1%	35,0%	-4,1%	14,2%	18,1%	10,9%
Formation brute de capital fixe	9,7%	22,4%	12,4%	7,6%	-2,8%	-2,3%	5,8%	5,5%
Privee	58,0%	32,8%	13,5%	17,0%	-6,0%	-5,0%	7,8%	7,1%
Publique	57,6%	9,6%	10,7%	-6,8%	3,4%	2,5%	2,6%	2,7%
Variation des stocks	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Exportations nettes	-65,1%	-24,6%	-119,9%	393,2%	-132,5%	4,6%	6,5%	-11,6%
Exportations	0,8%	6,4%	27,5%	-2,1%	-31,3%	6,4%	7,3%	1,2%
Biens	-2,4%	7,8%	29,3%	0,9%	-27,7%	4,6%	5,5%	0,6%
Services	23,2%	-1,5%	16,2%	-22,3%	-62,4%	38,4%	30,7%	8,1%
Importations	10,2%	10,4%	-8,9%	19,0%	-9,5%	2,7%	2,9%	4,2%
Biens	8,7%	3,5%	-13,5%	25,8%	-8,2%	0,8%	2,3%	3,8%
Services	21,3%	58,2%	12,0%	-4,7%	-15,5%	12,3%	5,5%	6,2%

Poids des emplois du PIB aux prix de 2005

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Produit Interieur Brut	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Consommation finale	89,6%	88,4%	86,2%	88,4%	94,7%	92,4%	89,3%	88,8%
Menages	72,8%	72,2%	70,1%	72,3%	76,7%	73,8%	71,4%	71,6%
Autoconsommation	9,5%	9,9%	10,1%	9,9%	10,3%	10,1%	9,8%	9,4%
Commercialisee	63,3%	62,2%	60,0%	62,4%	66,3%	63,7%	61,7%	62,1%
Administrations publiques	16,9%	16,3%	16,1%	16,2%	18,0%	18,6%	17,9%	17,3%
Investissement	17,1%	19,3%	12,3%	15,9%	15,6%	17,0%	19,0%	19,9%
Formation brute de capital fixe	16,9%	19,2%	21,4%	22,1%	21,9%	20,5%	20,5%	20,5%
Privee	9,3%	11,5%	13,0%	14,5%	14,0%	12,7%	12,9%	13,1%
Publique	7,6%	7,7%	8,5%	7,5%	8,0%	7,8%	7,6%	7,4%
Variation des stocks	0,2%	0,2%	-9,1%	-6,2%	-6,4%	-3,5%	-1,5%	-0,6%
Exportations nettes	-6,7%	-7,8%	1,5%	-4,3%	-10,3%	-9,4%	-8,3%	-8,7%
Exportations	24,0%	23,7%	30,0%	28,1%	19,8%	20,1%	20,4%	19,6%
Biens	20,3%	20,3%	26,2%	25,3%	18,7%	18,7%	18,6%	17,7%
Services	3,6%	3,3%	3,8%	2,9%	1,1%	1,5%	1,8%	1,8%
Importations	30,7%	31,4%	28,5%	32,4%	30,0%	29,5%	28,7%	28,3%
Biens	26,8%	25,8%	22,2%	26,7%	25,1%	24,1%	23,4%	23,0%
Services	3,9%	5,7%	6,3%	5,8%	5,0%	5,3%	5,3%	5,4%

Fonte: INE e CEM.

AGREGATS DE MONNAIE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Encours en milliards de FCFA								
<i>Monnaie au sens large et ses composantes</i>								
Circulation fiduciaire	224,1	227,1	234,9	235,3	248,0	252,7	252,7	252,7
Billets et monnaies mis en circulation	227,1	233,5	239,0	242,6	256,4	260,0	260,0	260,0
Encaisses des banques (à déduire)	2,9	6,3	4,1	7,3	8,4	7,3	7,3	7,3
Encaisses des Trésors (à déduire)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dépôts transférables	80,0	78,3	84,2	74,3	88,7	85,7	87,6	88,7
BCEAO	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	1,2	2,2
Banques	79,8	78,2	84,0	74,1	88,5	85,5	86,4	86,5
CCP et CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
M1	304,1	305,5	319,1	309,5	336,7	338,4	340,3	341,4
Autres dépôts inclus dans la masse monétaire (1)	30,6	38,7	45,9	56,4	62,5	63,0	63,0	63,8
BCEAO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AID	30,6	38,7	45,9	56,4	62,5	63,0	63,0	63,8
Masse monétaire (M2)	334,7	344,2	365,0	366,0	399,2	401,4	403,3	405,2
<i>Contreparties de la masse monétaire</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>					
Actifs extérieurs nets	202,2	226,2	233,0	217,5	236,3	226,1	226,1	226,1
BCEAO	153,1	176,2	169,8	182,4	198,4	192,5	192,5	192,5
Banques	49,1	50,0	63,3	35,1	37,9	33,6	33,6	33,6
Créances intérieures	167,6	162,2	173,7	197,7	211,7	224,8	226,7	228,6
Créances nettes sur l'Administration Centrale	111,3	61,8	51,7	58,8	69,9	71,8	72,7	73,6
BCEAO	37,7	37,1	43,8	42,6	43,0	44,0	44,0	44,0
Banques	73,7	24,7	7,9	16,2	26,9	27,8	28,7	29,6
Créances sur l'économie	56,2	100,4	122,0	138,9	141,8	153,0	154,0	155,0
BCEAO	3,0	3,2	4,1	4,6	4,6	4,5	5,5	6,5
Banques	53,2	97,2	118,0	134,3	137,2	148,5	148,5	148,5
Passifs à caractère non monétaire (2)	28,3	13,5	19,5	25,7	21,6	22,7	22,7	22,7
Actions et autres participations dans les ID	24,4	7,1	11,7	16,2	14,2	14,5	14,5	14,5
BCEAO	-1,2	-1,2	-0,9	-0,1	-0,4	-0,5	-0,5	-0,5
Banques	25,5	8,3	12,6	16,2	14,6	15,0	15,0	15,0
Engagements non monétaires des ID	4,0	6,4	7,9	9,5	7,4	8,2	8,2	8,2
Dépôts exclus de M2	2,9	4,7	6,5	7,7	5,9	6,7	6,7	6,7
Emprunts	1,1	1,7	1,3	1,9	1,5	1,5	1,5	1,5
Titres autres q'actions exclus de M2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres postes nets (3)	6,7	30,7	22,2	23,6	27,2	26,8	26,8	26,8
dont contrepartie des dépôts auprès des CCP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	2,0
Total des contreparties de M2 (4)	334,8	344,2	365,0	366,0	399,2	401,4	403,3	405,2
Vérification verticale	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: BCEAO e CEM.

OPERATIONS FINANCIERES DE L'ETAT	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
(EN MILLIARDS DE FCFA)								
RECETTES ET DONS	112,2	143,7	128,6	130,1	125,3	149,6	160,5	171,3
RECETTES	84,6	100,8	98,3	105,6	96,5	117,0	125,3	134,3
Recettes fiscales	63,5	81,3	77,6	79,1	63,8	87,1	95,4	103,7
Impôts sur le revenu, les bénéfices et les gains en capital	14,7	18,2	20,2	22,8	19,7	24,7	26,5	28,2
A la charge des personnes physiques	4,9	4,9	8,7	9,7	8,2	11,8	12,3	13,0
Revenus salariaux	4,8	4,7	6,5	8,6	7,3	10,7	11,2	11,9
Função Publica	2,2	2,4	3,0	4,6	4,8	6,4	6,6	6,9
Outros	2,5	2,3	3,5	4,1	2,5	4,3	4,6	5,0
Autres revenus	0,2	0,2	2,1	1,1	0,9	1,1	1,1	1,1
A la charge des sociétés et autres entreprises	9,8	13,3	11,5	13,2	11,5	12,9	14,2	15,2
A la charge des sociétés et autres entreprises	6,5	9,9	8,6	9,9	9,8	10,1	10,8	11,6
A la charge des opérateurs des activités de noix de cajou	3,3	3,4	2,9	3,3	1,7	2,8	3,4	3,7
Impôts sur les salaires et la main-d'oeuvre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impôts sur le patrimoine	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impôts sur les biens et services	24,8	33,6	30,4	30,1	28,0	33,0	36,2	39,0
Impôts généraux sur les biens et services (ICA, TVA, etc.)	23,4	32,1	29,1	30,1	28,0	33,0	36,2	39,0
sur biens importés	17,2	23,7	21,2	19,3	14,1	17,9	19,6	21,1
sur biens locaux	7,5	9,8	9,1	10,7	13,9	15,1	16,6	17,9
Taxes sur les télécommunications	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres taxes intérieures sur les produits	1,4	1,5	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impôts sur commerce extérieur et transactions internationales	19,0	24,8	22,7	19,3	15,0	17,9	19,8	21,8
Droits de douane et autres droits à l'importation	10,7	15,4	13,0	11,0	10,3	11,8	12,6	13,9
Taxes sur le riz arroz	1,0	2,4	1,7	1,7	1,4	1,8	1,7	1,7
Taxes sur les produits pétroliers	1,1	1,1	1,4	1,1	1,4	1,5	1,6	1,7
Autres importations	9,3	12,9	10,7	8,2	7,5	8,5	9,2	10,4
Taxes à l'exportation	8,3	9,4	9,7	8,3	4,7	6,1	7,2	7,9
sur les noix de cajou	6,6	6,8	5,9	6,5	3,4	5,6	6,8	7,3
sur autres produits	1,7	2,6	3,8	1,8	1,3	0,5	0,5	0,6
Autres recettes fiscales	4,9	4,7	4,1	6,9	1,2	11,5	12,9	14,8
Cotisations sociales	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dons	27,6	42,8	30,3	24,5	28,7	32,6	35,2	37,0
Projets	27,4	40,1	30,3	22,6	25,0	30,0	34,0	36,0
Programmes (Aides budgétaires)	0,3	2,8	0,0	1,9	3,7	2,6	1,2	1,0
Autres recettes (recettes non fiscales)	21,1	19,5	20,7	26,5	32,8	29,9	29,9	30,5
Revenu de la propriété	2,0	6,0	5,6	5,7	8,6	6,0	6,0	6,0
Licences de pêche	6,8	7,0	4,7	4,3	5,1	4,7	4,7	4,8
Compensation pêche (CEE)	5,4	0,6	0,0	8,9	8,9	10,2	10,2	10,2
Autres recettes de Pêche	0,0	0,0	0,0	2,1	3,5	3,0	3,0	3,0
Licences de Télécommunication	1,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres (Ventes de biens et services, Amendes, etc.)	5,9	5,9	10,2	5,4	5,5	6,0	6,0	6,5
FUNPI (prélèvement sur noix de cajou)	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0
CHARGES (DEPENSES COURANTES)	99,9	100,4	105,4	123,6	145,7	145,7	151,5	157,7
Rémunération des salariés (en nature et en espèces)	31,5	33,8	37,0	45,5	46,9	52,5	54,3	56,5
Utilisation de biens et services	12,0	20,6	20,0	17,2	22,6	23,0	23,5	23,9
Consommation de capital fixe	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Intérêt dû	4,8	5,2	4,9	8,2	13,4	20,9	23,3	25,5
Aux residents	3,1	2,9	2,8	4,8	7,9	12,1	13,8	15,5
Aux non-residents	1,7	2,2	2,1	3,5	5,5	8,8	9,5	10,0
Subvention (transfers a entreprises)	0,0	0,0	0,0	0,0	9,2	9,2	9,4	9,9
Dons (transfers a administration publique ou organisations internationaux)	31,6	24,0	26,1	30,0	25,9	19,5	19,9	20,3
Prestation Sociale	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres dépenses	20,0	16,8	17,4	22,7	27,7	20,6	21,1	21,5
Solde brut de gestion	12,3	43,3	23,1	6,4	-20,4	3,9	9,0	13,6
Solde net de gestion	12,3	43,3	23,1	6,4	-20,4	3,9	9,0	13,6
ACQUISITION NETTE D'ACTIFS NON FINANCIERS (DEPENSES EN CAPITAL)	42,5	54,9	58,9	38,2	62,6	67,0	75,9	83,3
Actifs fixes	42,5	54,9	58,9	38,2	62,6	67,0	75,9	83,3
sur ressources intérieures	1,6	2,2	2,1	1,8	8,0	12,0	14,4	17,3
sur ressources extérieures	40,9	52,7	56,8	36,4	54,6	55,0	61,5	66,0
Autres(Variation de stock ; objet de valeur actifs non produit)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SOLDE GLOBAL (base engagement) (hors dons)	-57,8	-54,5	-66,0	-56,2	-111,7	-95,7	-102,1	-106,7
SOLDE GLOBAL (base engagement) (y compris dons)	-30,2	-11,6	-35,7	-31,7	-83,0	-63,1	-66,9	-69,7
SOLDE PRIMAIRE DE BASE	-12,1	3,4	-4,4	-11,6	-43,7	-19,8	-17,3	-15,2
AJUSTEMENT BASE CAISSE	-6,1	0,0	0,6	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Variations des arriérés de paiement (réduc. -)	-6,1	0,0	0,6	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Sur dette intérieure	-6,1	0,0	0,6	-8,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Dépenses engagées non payées	-6,1	0,0	0,6	-10,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Intérêts	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Sur dette extérieure (intérêts)	0,0	0,0	0,0	7,8	0,0	0,0	0,0	0,0
SOLDE GLOBAL (base caisse) (hors dons)	-63,9	-54,5	-65,4	-56,8	-111,7	-95,7	-102,1	-106,7
SOLDE GLOBAL (base caisse) (y compris dons)	-36,3	-11,6	-35,1	-32,3	-83,0	-63,1	-66,9	-69,7

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

TRANSACTIONS SUR ACTIFS FINANCIERS ET PASSIFS (FINANCEMENT)	36,3	11,6	35,1	32,3	83,0	63,1	66,9	69,7
acquisition net d'actifs financiers	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
interieur(y compris recettes de privatisation)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
exterieur	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
or monetaire et DTS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Acumulation Net du passif	38,5	45,9	41,1	44,1	71,8	37,7	35,6	33,8
Creancier interieur (Financement interieur net)	26,5	13,8	16,6	32,2	30,9	33,0	31,8	30,6
Financement bancaire (net)	26,5	13,8	16,6	32,2	30,9	36,4	35,2	34,0
BCEAO hors FMI (net)	5,2	-1,0	5,3	-1,1	0,3	1,0	0,0	0,0
FMI (net)	3,5	3,8	1,3	-1,3	-1,8	5,4	5,2	4,0
Banques commerciales (net)	17,8	10,9	9,9	34,5	32,5	30,0	30,0	30,0
Financement non bancaire (net)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-3,4	-3,4	-3,4
Transferts en provenance des entreprises publiques	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variation des arriérés de paiement sur la dette intérieure (net)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres financements intérieurs (net)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-3,4	-3,4	-3,4
Creancier exterieur (Financement exterieur NET)	12,0	32,2	24,6	11,9	40,9	4,7	3,8	3,2
Tirages	13,5	12,7	26,5	13,8	54,3	25,0	27,5	30,0
Prêts Projets	13,5	12,7	26,5	13,8	29,6	25,0	27,5	30,0
Prêts Programmes	0,0	0,0	0,0	0,0	24,7	0,0	0,0	0,0
Autres tirages	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortissement dû	-1,5	-2,5	-1,9	-4,8	-13,4	-20,3	-23,7	-26,8
Variation des arriérés de paiement extérieurs	0,0	-3,1	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Allègement, rééchelonnement obtenu de la Dette	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres financements extérieurs (net)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AJUSTEMENT STATISTIQUE	-2,3	-34,3	-6,0	-11,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Fonds en route (différence du champ de la PNG)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Erreurs et omissions	-2,3	-34,3	-6,0	-11,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Gap à financer (en projection)	0,0	0,0	0,0	0,0	11,2	25,4	31,3	35,9

OPERATIONS FINANCIERES DE L'ETAT EN % DU PIB

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECETTES ET DON	15,2%	16,8%	15,5%	15,1%	14,5%	16,2%	16,2%	16,0%
RECETTES BUDGETAIRES	11,5%	11,8%	11,8%	12,3%	11,2%	12,7%	12,6%	12,6%
Recettes fiscales	8,6%	9,5%	9,3%	9,2%	7,4%	9,4%	9,6%	9,7%
Impôts sur le revenu, les bénéfices et les gains en capital	2,0%	2,1%	2,4%	2,7%	2,3%	2,7%	2,7%	2,6%
Impôts sur les salaires et la main-d'oeuvre	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Impôts sur le patrimoine	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	1,1%	1,1%
Impôts sur les biens et services	3,4%	3,9%	3,6%	3,5%	3,2%	3,6%	3,6%	3,6%
Impôts sur commerce extérieur et transactions internationales	2,6%	2,9%	2,7%	2,2%	1,7%	1,9%	2,0%	2,0%
Droits a l'importation	1,5%	1,8%	1,6%	1,3%	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%
Taxes à l'exportation	1,1%	1,1%	1,2%	1,0%	0,5%	0,7%	0,7%	0,7%
sur les noix de cajou	0,9%	0,8%	0,7%	0,8%	0,4%	0,6%	0,7%	0,7%
sur autres produits	0,2%	0,3%	0,5%	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%
Autres recettes fiscales	0,7%	0,5%	0,5%	0,8%	0,1%	1,2%	1,3%	1,4%
Dons	3,7%	5,0%	3,6%	2,8%	3,3%	3,5%	3,5%	3,5%
Projets	3,7%	4,7%	3,6%	2,6%	2,9%	3,2%	3,4%	3,4%
Programmes (Aides budgétaires)	0,0%	0,3%	0,0%	0,2%	0,4%	0,3%	0,1%	0,1%
Autres recettes (recettes non fiscales)	2,9%	2,3%	2,5%	3,1%	3,8%	3,2%	3,0%	2,9%
CHARGES (DEPENSES COURANTES)	13,5%	11,8%	12,7%	14,4%	16,9%	15,8%	15,3%	14,7%
Rémunération des salariés (en nature et en espèces)	4,3%	4,0%	4,4%	5,3%	5,4%	5,7%	5,5%	5,3%
Utilisation de biens et services	1,6%	2,4%	2,4%	2,0%	2,6%	2,5%	2,4%	2,2%
Intérêt dû	0,7%	0,6%	0,6%	1,0%	1,6%	2,3%	2,3%	2,4%
Intérêt sur dette intérieure	0,4%	0,3%	0,3%	0,6%	0,9%	1,3%	1,4%	1,4%
Intérêt sur dette étrangère	0,2%	0,3%	0,3%	0,4%	0,6%	1,0%	1,0%	0,9%
Dons (subventions et tranferts)	4,3%	2,8%	3,1%	3,5%	3,0%	2,1%	2,0%	1,9%
Autres charges courantes	2,7%	2,0%	2,1%	2,6%	3,2%	2,2%	2,1%	2,0%
Dépenses des fonds speciaux & fonds annexes	1,7%	5,1%	2,8%	0,7%	-2,4%	0,4%	0,9%	1,3%
Solde net de gestion	1,7%	5,1%	2,8%	0,7%	-2,4%	0,4%	0,9%	1,3%
ACQUISITION NETTE D'ACTIFS NON FINANCIERS (DEPENSES EN CAPITAL)	5,8%	6,4%	7,1%	4,4%	7,3%	7,2%	7,6%	7,8%
sur ressources intérieures	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%	0,9%	1,3%	1,4%	1,6%
sur ressources extérieures	5,5%	6,2%	6,8%	4,2%	6,3%	5,9%	6,2%	6,2%
SOLDE GLOBAL (base engagement) (hors dons)	-7,8%	-6,4%	-7,9%	-6,5%	-13,0%	-10,3%	-10,3%	-10,0%
SOLDE GLOBAL (base engagement) (y compris dons)	-4,1%	-1,4%	-4,3%	-3,7%	-9,6%	-6,8%	-6,7%	-6,5%
SOLDE PRIMAIRE DE BASE	-1,6%	0,4%	-0,5%	-1,3%	-5,1%	-2,1%	-1,7%	-1,4%
AJUSTEMENT BASE CAISSE	-0,8%	0,0%	0,1%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Variations des arriérés de paiement (réduc. = -)	-0,8%	0,0%	0,1%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sur dette intérieure	-0,8%	0,0%	0,1%	-1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sur dette extérieure (intérêts)	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
SOLDE GLOBAL (base caisse) (hors dons)	-8,7%	-6,4%	-7,9%	-6,6%	-13,0%	-10,3%	-10,3%	-10,0%
SOLDE GLOBAL (base caisse) (y compris dons)	-4,9%	-1,4%	-4,2%	-3,8%	-9,6%	-6,8%	-6,7%	-6,5%

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

TRANSACTIONS SUR ACTIFS FINANCIERS ET PASSIFS (FINANCEMENT)	4,9%	1,4%	4,2%	3,8%	9,6%	6,8%	6,7%	6,5%
FINANCEMENT INTERIEUR NET	3,6%	1,6%	2,0%	3,7%	3,6%	3,6%	3,2%	2,9%
Financement bancaire (net)	3,6%	1,6%	2,0%	3,7%	3,6%	3,9%	3,5%	3,2%
Financement non bancaire (net)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,4%	-0,3%	-0,3%
FINANCEMENT EXTERIEUR NET	1,6%	3,8%	3,0%	1,4%	4,7%	0,5%	0,4%	0,3%
Tirages	1,8%	1,5%	3,2%	1,6%	6,3%	2,7%	2,8%	2,8%
Amortissement dû	-0,2%	-0,3%	-0,2%	-0,6%	-1,6%	-2,2%	-2,4%	-2,5%
Variation des arriérés de paiement extérieurs	0,0%	-0,4%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Allègement, rééchelonnement obtenu de la Dette	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres financements extérieurs (net)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
AJUSTEMENT STATISTIQUE	-0,3%	-4,0%	-0,7%	-1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Gap à financer (en projection)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	2,7%	3,1%	3,4%

BALANCE DES PAIEMENTS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
en milliards de FCFA								
Compte des transactions courantes	10,0	2,2	-30,1	-72,0	-59,4	-57,8	-49,6	-58,2
Biens et services	-33,5	-41,5	-43,7	-134,1	-133,6	-127,0	-120,1	-127,3
Balance des biens FOB	27,5	28,3	25,7	-66,7	-62,2	-51,7	-44,2	-46,0
Exportations de biens FOB	164,0	197,5	188,6	142,4	106,6	125,4	145,1	158,1
Noix de cajou	159,5	189,1	135,1	135,2	102,0	120,2	140,0	152,1
Poissons et crevettes	0,0	1,0	0,6	0,4	0,6	0,6	0,7	0,7
Bois	0,0	0,0	44,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Phosphates	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Coton	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Divers	4,5	7,4	8,0	6,8	4,0	4,5	4,4	5,2
dont Produits de l'agriculture vivrière	0,1	0,2	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7
dont commerce intra-UEMOA	4,5	6,4	5,0	5,0	5,4	5,1	5,1	5,2
Importations de biens FOB	-136,5	-169,2	-162,9	-209,1	-168,8	-177,1	-189,3	-204,1
Importations de biens CAF	-165,7	-205,4	-191,6	-240,8	-198,5	-208,3	-222,6	-240,1
Produits alimentaires	-60,2	-72,8	-64,3	-60,2				
Autres biens de consommation courante	-13,4	-15,9	-10,6	-16,5				
Produits pétroliers	-28,0	-35,4	-39,4	-50,4				
Biens intermédiaires	-20,7	-27,5	-25,9	-26,8				
Biens d'équipement	-23,7	-29,7	-30,7	-53,2				
Autres biens	-19,7	-24,0	-20,6	-33,7				
dont commerce intra-UEMOA	-37,4	0,0	0,0	0,0				
Balance des services	-61,0	-69,8	-69,4	-67,4	-71,4	-75,3	-76,0	-81,2
Crédit	21,2	20,2	22,7	27,2	12,0	16,8	22,2	24,3
Débit	-82,2	-90,1	-92,1	-94,6	-83,4	-92,1	-98,2	-105,5
Autres services (hors transport et voyages)	-10,1	-8,8	-12,3	-5,6	-13,3	-12,5	-2,9	-7,2
Crédit	9,4	10,6	11,6	17,1	5,3	9,3	11,7	12,1
Débit	-19,6	-19,3	-23,9	-22,7	-18,6	-21,8	-14,6	-19,3
Fret et assurances	-27,2	-33,7	-26,7	-31,7	-29,7	-31,2	-33,3	-36,0
Crédit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Débit	-27,2	-33,7	-26,7	-31,7	-29,7	-31,2	-33,3	-36,0
Frais d'exp. / imp. FOB (%)	21,4%	21,4%	17,6%	15,2%	17,6%	17,6%	17,6%	17,6%
Autres transports	-1,9	-0,1	0,0	-0,1	0,0	0,0	-0,1	-0,1
Crédit	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Débit	-2,1	-0,2	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2	-0,3	-0,3
Voyages	-21,8	-27,3	-30,4	-30,0	-28,4	-31,5	-39,7	-38,0
Crédit	11,5	9,5	11,0	10,0	6,6	7,3	10,3	12,0
Débit	-33,3	-36,8	-41,4	-40,0	-35,0	-38,8	-50,0	-50,0
REVENUS PRIMAIRES (Solde)	17,6	8,4	-28,4	17,5	15,3	13,2	13,7	12,8
Rémunération des salariés	9,6	8,5	9,3	10,1	2,3	2,9	3,8	3,1
Crédit	16,9	17,6	18,2	19,8	10,4	11,8	12,7	11,7
Débit	-7,2	-9,1	-8,9	-9,7	-8,1	-8,9	-8,9	-8,6
Revenus des investissements	-2,7	-5,4	-42,2	-8,0	-3,7	-6,9	-7,4	-7,6
Crédit	5,2	4,2	8,1	6,7	9,9	10,0	10,2	10,5
Débit	-7,8	-9,6	-50,3	-14,7	-13,6	-16,9	-17,6	-18,1
Intérêts payés par le Budget de l'Etat	-1,7	-2,2	-2,1	-3,5	-5,5	-8,8	-9,5	-10,0
Autres intérêts et ajustements	-6,1	-7,4	-48,2	-11,2	-8,1	-8,1	-8,1	-8,1
Dividendes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres revenus primaires (Solde)	10,6	5,2	4,5	15,4	16,7	17,2	17,2	17,3
BALANCE DES SERVICES ET REVENUS	-17,5	-26,1	-55,8	-5,3	2,8	-6,1	-5,4	-12,2
REVENUS SECONDAIRES (Nets)	25,9	35,4	42,1	44,6	58,9	55,9	56,9	56,2
Administrations publiques (Solde)	1,4	9,6	10,2	10,0	23,3	19,6	21,2	21,0
Crédit	1,4	9,6	10,2	10,0	23,3	19,6	21,2	21,0
Aide budgétaire au Trésor	0,3	2,8	0,0	1,9	3,7	2,6	1,2	1,0
Autres	1,4	6,8	10,2	8,1	19,6	17,0	20,0	20,0
Débit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres secteurs (Solde)	24,5	25,8	31,9	34,6	35,6	36,3	35,7	35,2
Economies sur salaires (Solde)	19,4	24,5	30,2	33,2	35,4	34,8	34,2	33,6
Crédit	34,4	43,4	52,8	45,7	49,8	49,8	49,8	49,8
Débit	-15,1	-18,9	-22,6	-12,5	-14,4	-15,0	-15,6	-16,2
Autres transferts (Solde)	5,1	1,3	1,6	1,4	0,2	1,6	1,6	1,7
Crédit	7,3	1,3	2,5	2,0	0,2	1,9	2,0	2,0
Débit	-2,2	0,0	-0,8	-0,6	0,0	-0,4	-0,4	-0,3
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.inclus)	10,0	2,2	-30,1	-72,0	-59,4	-57,8	-49,6	-58,2
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.exclus)	-15,9	-33,2	-72,1	-116,6	-118,3	-113,7	-106,5	-114,4

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

COMPTE DE CAPITAL (Solde)	29,9	60,6	23,4	14,7	15,6	20,2	24,2	26,2
Acquisitions/cessions d'actifs non fin. non prod. (Solde)	0,0	-0,7	-0,4	0,0	-0,4	0,0	0,0	0,0
Crédit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Débit	0,0	-0,7	-0,4	0,0	-0,4	0,0	0,0	0,0
Transfert en capital (Solde)	29,9	61,3	23,8	14,7	16,0	20,2	24,2	26,2
Publics	28,4	59,9	22,1	14,5	15,4	18,0	21,0	22,0
Crédit	28,4	59,9	22,1	14,5	15,4	18,0	21,0	22,0
projets inscrits au PIP et TOFE	27,3	40,1	30,3	22,6	25,0	30,0	34,0	36,0
autres projets non PIP (FBCF) et ajust.	0,3	-5,2	-8,2	-8,1	-9,6	-12,0	-13,0	-14,0
Remises de dettes	0,7	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Débit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres secteurs (Solde)	1,5	1,4	1,7	0,2	0,6	2,2	3,2	4,2
Crédit	1,5	1,4	1,7	0,2	0,6	2,2	3,2	4,2
Débit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
COMPTE FINANCIER (Solde)	-6,7	35,3	-19,6	-33,6	-67,1	-25,9	-26,9	-25,4
Investissements directs (Solde)	-14,0	-8,9	-11,6	-37,3	-7,0	-13,0	-15,6	-14,7
Crédit	0,3	0,2	-0,2	0,2	0,0	0,0	0,3	0,3
Débit	-14,2	-9,1	-11,4	-37,5	-7,0	-13,0	-15,9	-15,0
Investissements de portefeuille (Solde)	-10,8	-8,5	-18,2	-13,0	-48,5	-30,5	-32,5	-32,5
Derivé financier	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres investissements	18,1	52,7	10,3	16,6	-11,6	17,6	21,2	21,8
Administrations publiques	-9,2	15,4	-23,9	-10,7	-40,9	-4,7	-3,8	-3,2
Tirages	13,5	12,7	26,5	13,8	54,3	25,0	27,5	30,0
pour projets inscrits au PIP et TOFE	13,5	12,7	26,5	13,8	29,6	25,0	27,5	30,0
prêts programmes (aide budgétaire)	0,0	0,0	0,0	0,0	24,7	0,0	0,0	0,0
financements exceptionnels et autres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortissements dûs	-1,5	-28,1	-2,5	-3,1	-13,4	-20,3	-23,7	-26,8
assurés par le budget	-1,5	-2,5	-1,9	-4,8	-13,4	-20,3	-23,7	-26,8
autres	0,0	-25,6	-0,6	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres secteurs (Solde)	27,3	37,3	34,2	27,3	29,2	22,3	25,0	25,0
Crédit	27,3	42,7	36,8	27,3	29,2	22,3	25,0	25,0
Débit	0,0	-5,4	-2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
COMPTE DE CAPITAL ET D'OPERATIONS FIN.	23,2	96,6	4,2	-18,9	-51,1	-5,7	-2,7	0,8
ERREURS, OMISSIONS, REEVALUATIONS	-12,5	-8,9	-4,0	8,5	-4,0	0,0	0,0	0,0
S O L D E G L O B A L	34,1	18,5	8,9	-15,2	19,3	-11,7	1,5	-6,6
AVOIRS DE RESERVE	-3,0	26,9	-5,2	-1,3	-19,3	11,7	-1,5	6,6
Variation avoires ext. off. Nets (augmentation = -)	6,4	-23,1	6,5	0,0	-17,4	6,3	-6,7	2,6
Allocations de DTS et FAS/FASR FMI (net)	3,5	3,8	1,3	-1,3	-1,8	5,4	5,2	4,0
Réévaluation et ajustement	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
GAP DE FINANCEMENT	-12,8	46,2	-12,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AVOIRS EXT NETS BCEAO (mia F fin année)	153,1	176,2	169,8	169,8	187,2	180,9	187,6	185,0
ENG. EXT. C.&L. TERME (mia FCFA fin année)	18,2	33,4	38,6	38,6	26,3	30,9	35,8	39,0
AVOIRS EXT BRUTS BCEAO (mia F fin an)	171,3	209,6	208,4	208,4	213,5	211,8	223,4	224,0
Nombre de mois d'importations de biens et services	9,4	9,7	9,8	8,2	10,2	9,4	9,3	8,7

BALANCE DES PAIEMENTS (%PIB)

Compte des transactions courantes

Biens et services

Balance des biens

Exportations de biens FOB

Noix de cajou

Poissons et crevettes

Bois

Coton

Divers

dont Produits de l'agriculture vivrière

dont commerce intra-UEMOA

Importations de biens FOB

Importations de biens CAF

Produits alimentaires

Autres biens de consommation courante

Produits pétroliers

Biens intermédiaires

Biens d'équipement

Autres biens

dont commerce intra-UEMOA

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	1,4%	0,3%	-3,6%	-8,4%	-6,9%	-6,3%	-5,0%	-5,4%
	-4,5%	-4,9%	-5,3%	-15,6%	-15,5%	-13,7%	-12,1%	-11,9%
	3,7%	3,3%	3,1%	-7,8%	-7,2%	-5,6%	-4,4%	-4,3%
	22,2%	23,1%	22,7%	16,6%	12,4%	13,6%	14,6%	14,8%
	21,6%	22,2%	16,2%	15,7%	11,8%	13,0%	14,1%	14,2%
	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
	0,0%	0,0%	5,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	0,6%	0,9%	1,0%	0,8%	0,5%	0,5%	0,4%	0,5%
	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%	0,5%	0,5%
	-18,5%	-19,8%	-19,6%	-24,3%	-19,6%	-19,1%	-19,1%	-19,1%
	-22,5%	-24,1%	-23,0%	-28,0%	-23,0%	-22,5%	-22,4%	-22,5%
	-8,2%	-8,5%	-7,7%	-7,0%	-6,2%	-6,6%	-6,4%	-6,4%
	-1,8%	-1,9%	-1,3%	-1,9%	-1,9%	-1,8%	-1,8%	-1,8%
	-3,8%	-4,1%	-4,7%	-5,9%	-4,0%	-4,1%	-4,1%	-4,1%
	-2,8%	-3,2%	-3,1%	-3,1%	-2,8%	-2,9%	-2,9%	-2,9%
	-3,2%	-3,5%	-3,7%	-6,2%	-4,0%	-4,7%	-4,7%	-4,8%
	-2,7%	-2,8%	-2,5%	-3,9%	-4,1%	-2,5%	-2,5%	-2,5%
	-5,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

Balance des services	-8,3%	-8,2%	-8,3%	-7,8%	-8,3%	-8,1%	-7,6%	-7,6%
Crédit	2,9%	2,4%	2,7%	3,2%	1,4%	1,8%	2,2%	2,3%
Débit	-11,1%	-10,6%	-11,1%	-11,0%	-9,7%	-10,0%	-9,9%	-9,9%
Autres services (hors transport et voyages)	-1,4%	-1,0%	-1,5%	-0,7%	-1,5%	-1,4%	-0,3%	-0,7%
Crédit	1,3%	1,2%	1,4%	2,0%	0,6%	1,0%	1,2%	1,1%
Débit	-2,7%	-2,3%	-2,9%	-2,6%	-2,2%	-2,4%	-1,5%	-1,8%
Fret et assurances	-3,7%	-3,9%	-3,2%	-3,7%	-3,5%	-3,4%	-3,4%	-3,4%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	-3,7%	-3,9%	-3,2%	-3,7%	-3,5%	-3,4%	-3,4%	-3,4%
Frais d'exp. / imp. FOB (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres transports	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	-0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Voyages	-3,0%	-3,2%	-3,7%	-3,5%	-3,3%	-3,4%	-4,0%	-3,6%
Crédit	1,6%	1,1%	1,3%	1,2%	0,8%	0,8%	1,0%	1,1%
Débit	-4,5%	-4,3%	-5,0%	-4,6%	-4,1%	-4,2%	-5,0%	-4,7%
REVENUS PRIMAIRES (Solde)	2,4%	1,0%	-3,4%	2,0%	1,8%	1,4%	1,4%	1,2%
Rémunération des salariés	1,3%	1,0%	1,1%	1,2%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%
Crédit	2,3%	2,1%	2,2%	2,3%	1,2%	1,3%	1,3%	1,1%
Débit	-1,0%	-1,1%	-1,1%	-1,1%	-0,9%	-1,0%	-0,9%	-0,8%
Revenus des investissements	-0,4%	-0,6%	-5,1%	-0,9%	-0,4%	-0,7%	-0,7%	-0,7%
Crédit	0,7%	0,5%	1,0%	0,8%	1,2%	1,1%	1,0%	1,0%
Débit	-1,1%	-1,1%	-6,0%	-1,7%	-1,6%	-1,8%	-1,8%	-1,7%
Intérêts payés par le Budget de l'Etat	-0,2%	-0,3%	-0,3%	-0,4%	-0,6%	-1,0%	-1,0%	-0,9%
Autres intérêts et ajustements	-0,8%	-0,9%	-5,8%	-1,3%	-0,9%	-0,9%	-0,8%	-0,8%
Dividendes	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres revenus primaires (Solde)	1,4%	0,6%	0,5%	1,8%	1,9%	1,9%	1,7%	1,6%
BALANCE DES SERVICES ET REVENUS	-2,4%	-3,1%	-6,7%	-0,6%	0,3%	-0,7%	-0,5%	-1,1%
REVENUS SECONDAIRES (Nets)	3,5%	4,1%	5,1%	5,2%	6,8%	6,0%	5,7%	5,3%
Administrations publiques (Solde)	0,2%	1,1%	1,2%	1,2%	2,7%	2,1%	2,1%	2,0%
Crédit	0,2%	1,1%	1,2%	1,2%	2,7%	2,1%	2,1%	2,0%
Aide budgétaire au Trésor	0,0%	0,3%	0,0%	0,2%	0,4%	0,3%	0,1%	0,1%
Autres	0,2%	0,8%	1,2%	0,9%	2,3%	1,8%	2,0%	1,9%
Débit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres secteurs (Solde)	3,3%	3,0%	3,8%	4,0%	4,1%	3,9%	3,6%	3,3%
Economies sur salaires (Solde)	2,6%	2,9%	3,6%	3,9%	4,1%	3,8%	3,4%	3,1%
Crédit	4,7%	5,1%	6,4%	5,3%	5,8%	5,4%	5,0%	4,7%
Débit	-2,0%	-2,2%	-2,7%	-1,5%	-1,7%	-1,6%	-1,6%	-1,5%
Autres transferts (Solde)	0,7%	0,2%	0,2%	0,2%	0,0%	0,2%	0,2%	0,2%
Crédit	1,0%	0,2%	0,3%	0,2%	0,0%	0,2%	0,2%	0,2%
Débit	-0,3%	0,0%	-0,1%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.inclus)	1,4%	0,3%	-3,6%	-8,4%	-6,9%	-6,3%	-5,0%	-5,4%
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.exclus)	-2,2%	-3,9%	-8,7%	-13,5%	-13,7%	-12,3%	-10,7%	-10,7%
COMPTE DE CAPITAL (Solde)	4,0%	7,1%	2,8%	1,7%	1,8%	2,2%	2,4%	2,5%
Acquisitions/cessions d'actifs non fin. non prod. (Solde)	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TRANSFERTS EN CAPITAL (Solde)	4,0%	7,2%	2,9%	1,7%	1,9%	2,2%	2,4%	2,5%
Publics	3,8%	7,0%	2,7%	1,7%	1,8%	1,9%	2,1%	2,1%
Crédit	3,8%	7,0%	2,7%	1,7%	1,8%	1,9%	2,1%	2,1%
projets inscrits au PIP et TOFE	3,7%	4,7%	3,6%	2,6%	2,9%	3,2%	3,4%	3,4%
autres projets non PIP (FBCF) et ajust.	0,0%	-0,6%	-1,0%	-0,9%	-1,1%	-1,3%	-1,3%	-1,3%
Remises de dettes	0,1%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres secteurs (Solde)	0,2%	0,2%	0,2%	0,0%	0,1%	0,2%	0,3%	0,4%
Crédit	0,2%	0,2%	0,2%	0,0%	0,1%	0,2%	0,3%	0,4%
Débit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
COMPTE FINANCIER (Solde)	-0,9%	4,1%	-2,4%	-3,9%	-7,8%	-2,8%	-2,7%	-2,4%
Investissements directs (Solde)	-1,9%	-1,0%	-1,4%	-4,3%	-0,8%	-1,4%	-1,6%	-1,4%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	-1,9%	-1,1%	-1,4%	-4,4%	-0,8%	-1,4%	-1,6%	-1,4%
Investissements de portefeuille (Solde)	-1,5%	-1,0%	-2,2%	-1,5%	-5,6%	-3,3%	-3,3%	-3,0%
Autres investissements	2,4%	6,2%	1,2%	1,9%	-1,3%	1,9%	2,1%	2,0%
Administrations publiques	-1,2%	1,8%	-2,9%	-1,2%	-4,7%	-0,5%	-0,4%	-0,3%
Tirages	1,8%	1,5%	3,2%	1,6%	6,3%	2,7%	2,8%	2,8%
pour projets inscrits au PIP et TOFE	1,8%	1,5%	3,2%	1,6%	3,4%	2,7%	2,8%	2,8%
prêts programmes (aide budgétaire)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%
financements exceptionnels et autres	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Amortissements dus	-0,2%	-3,3%	-0,3%	-0,4%	-1,6%	-2,2%	-2,4%	-2,5%
assurés par le budget	-0,2%	-0,3%	-0,2%	-0,6%	-1,6%	-2,2%	-2,4%	-2,5%
autres	0,0%	-3,0%	-0,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres secteurs (Solde)	3,7%	4,4%	4,1%	3,2%	3,4%	2,4%	2,5%	2,3%
Crédit	3,7%	5,0%	4,4%	3,2%	3,4%	2,4%	2,5%	2,3%
Débit	0,0%	-0,6%	-0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
COMPTE DE CAPITAL ET D'OPERATIONS FIN.	3,1%	11,3%	0,5%	-2,2%	-5,9%	-0,6%	-0,3%	0,1%
ERREURS, OMISSIONS, REEVALUATIONS	-1,7%	-1,0%	-0,5%	1,0%	-0,5%	0,0%	0,0%	0,0%
S O L D E G L O B A L	4,6%	2,2%	1,1%	-1,8%	2,2%	-1,3%	0,2%	-0,6%
AVOIRS DE RESERVE	-0,4%	3,2%	-0,6%	-0,1%	-2,2%	1,3%	-0,2%	0,6%
Variation avois ext. off. Nets (augmentation = -)	0,9%	-2,7%	0,8%	0,0%	-2,0%	0,7%	-0,7%	0,2%
Allocations de DTS et FAS/FASR FMI (net)	0,5%	0,4%	0,2%	-0,1%	-0,2%	0,6%	0,5%	0,4%
Réévaluation et ajustement	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
GAP DE FINANCEMENT	-1,7%	5,4%	-1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
AVOIRS EXT NETS BCEAO (mia F fin année)	20,8%	20,6%	20,4%	19,7%	21,7%	19,6%	18,9%	17,3%
ENG. EXT. C.&L. TERME (mia FCFA fin année)	2,5%	3,9%	4,6%	4,5%	3,1%	3,3%	3,6%	3,6%
AVOIRS EXT BRUTS BCEAO (mia F fin an)	23,2%	24,6%	25,0%	24,2%	24,8%	22,9%	22,5%	21,0%

Fonte: INE, BCEAO e CEM.